

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÉSSICA DA SILVA GOMES FERREIRA

A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DA REGIÃO DA “CABEÇA  
DO CACHORRO” PARA A SEGURANÇA E A DEFESA  
NACIONAL BRASILEIRA

**Recife**

**2019**

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÉSSICA DA SILVA GOMES FERREIRA

**A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DA REGIÃO DA  
“CABEÇA DO CACHORRO” PARA A SEGURANÇA E  
DEFESA NACIONAL BRASILEIRA**

Projeto apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientador: Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis.**

**Recife  
2019**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

F383i Ferreira, Jéssica da Silva Gomes.  
A Importância geopolítica da região da “Cabeça do Cachorro”  
para a segurança e defesa nacional brasileira. / Jéssica da Silva Gomes  
Ferreira. – Recife, 2019.  
67 f.

Orientador: Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Curso de Relações  
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.  
Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais. 2. Defesa. 3. Segurança. 4.  
Geopolítica. I. Reis, Elton Gomes dos. II. Faculdade Damas da  
Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.1-277)

JÉSSICA DA SILVA GOMES FERREIRA

**A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DA REGIÃO DA  
“CABEÇA DO CACHORRO” PARA A SEGURANÇA E  
DEFESA NACIONAL BRASILEIRA**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof . Dr. Elton Gomes dos Reis  
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Jeanete Magalhães Viegas  
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

---

Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva  
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

**Recife**

**2019**

## RESUMO

Segurança é um tema recorrente nas relações internacionais e seus temas na agenda estão sempre em pauta nas conferências transnacionais. No caso das fronteiras da América Latina os temas de segurança estão ligados a combate ao narcotráfico, contrabando de armas e munições, imigração ilegal e etc. Este artigo objetiva reafirmar a importância geopolítica do governo brasileiro na região conhecida como “Cabeça de Cachorro” situada no noroeste do estado do Amazonas no que diz respeito à segurança da região em questão. Sendo assim, o desdobramento do objeto de estudo foi realizado através do método analítico, com pesquisas em fontes confiáveis e representação através de teorias, gráficos e imagens

**Palavras-Chave:** “Cabeça de Cachorro”; Defesa; Segurança; Geopolítica.

## **ABSTRACT**

Security is a recurring theme in international relations and its agenda items are always on the agenda at transnational conferences. In the case of Latin American borders, security issues are linked to the fight against drug trafficking, smuggling of weapons and ammunition, illegal immigration and soon. This article aims to reinforce the importance of the geopolitics of the Brazilian government in a region known as "Cabeça de Cachorro" which is located on the northwest part of the state of Amazonas with regarding the security of the region in question. Thus, the unfolding of the object of study was made through the analytical method, with research in reliable sources and representation through theories, graphics and images.

**Keywords:** "Cabeça de Cachorro; Defense; Security; Geopolitics.

## **AGRADECIMENTOS**

Este ano estou vivendo um momento de grande alegria pela qual serei eternamente grata, a finalização de mais uma etapa da minha vida, minha formação neste curso deveras engrandecedor, com professores competentes e dedicados aos seus alunos. A formação em Relações Internacionais proporcionou à ampliação de conhecimentos que levarei comigo para sempre. Agradeço a Deus, por ter me proporcionado tudo que conquistei, mesmo diante de tantos obstáculos, dos quais muitas vezes me fizeram querer desistir, mas que com a ajuda da minha família e dos meus amigos, sigo firme nesta caminhada.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **FIGURAS**

Figura 1 – Mapa Fronteira da Amizade: Brasil e Colômbia.....	15
Figura 2 – Mapa da Região da “Cabeça do Cachorro” .....	18
Figura 3 – Esquema Sobre a Segurança Nacional.....	37
Figura 4 – Saídas Marítimas dos EUA.....	45
Figura 5 – Mapa da Eurásia.....	48
Figura 6 – Mapa da Zona de Decisão do Poder Aéreo.....	53
Figura 7 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) .....	56
Figura 8 - Monitoramento SIVAM/SIP.....	60

### **GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Índice de Desmatamento na Amazônia Legal.....	24
---	----

### **TABELAS**

Tabela 1 - Relatório Orçamentário do Programa Calha Norte – Ação Civil 1211.....	40
Tabela 2 - Relatório Orçamentário do Programa Calha Norte – Ações Militares.....	40
Tabela 3 – Relatório de Custos do Projeto SISFRON.....	57

## LISTA DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ALTC	Área de Livre Comércio de Tabatinga
ACIRA	Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CENSISPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CFN	Global Footprint Network
CHS	Comission on Human Security
CRCC	China Railway Construction Corporation
CRS	Complexo Regional de Segurança
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estatística
DASG	Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel
DCA	Diretrizes do Comando da Aeronáutica
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAB	Forças Armadas Brasileiras
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

IBAMA Renováveis	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPAD	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISA	Instituto Socioambiental
LME	Limite de Movimentação e Empenho
LENAD	Levantamento Nacional de Álcool e Drogas
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MD	Ministério de Defesa
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PEF	Plano Estratégico de Fronteiras
PND	Projeto Nacional de Desenvolvimento
PND	Política Nacional de Defesa
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
PPIF	Plano Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal
RADAM	Radar para a Amazônia

SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCA	Tratado de Cooperação da Amazônia
TCRS	Teoria dos Complexos Regionais de Segurança
UNASUL	União da Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZFM	Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>14</b>
<b>1. A REGIÃO DA “CABEÇA DO CACHORRO”, RIQUEZA AMAZÔNICA</b> .....	<b>15</b>
1.1. A Fronteira da “Cabeça do Cachorro”: Brasil, Colômbia e Venezuela .....	17
1.2. Reservas Indígenas .....	19
1.3. Narcotráfico .....	20
1.4. Extração dos Recursos Naturais .....	22
1.5. Facções .....	25
<b>2. GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO GOVERNO TRANSITÓRIO DILMA-TEMER SEGUNDO O PROGRAMA CALHA E SEUS RESULTADOS</b> .....	<b>27</b>
2.1. Segurança .....	28
2.2. Geopolítica Brasileira .....	32
2.3. O PCN e sua Importância para o Desenvolvimentismo e Defesa Nacional.....	38
2.4. Resultados do PCN no período Dilma-Temer.....	39
<b>3. AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA BRASILEIRA.</b> .....	<b>42</b>
3.1. Teoria do Poder Marítimo (1890) .....	43
3.2. Teoria do Poder Terrestre (1904) .....	46
3.3. Teoria do Poder Aéreo (1919 - 1943) .....	50
3.3.1. SISFRON .....	55
3.3.2. SIVAM/SIPAM .....	58

## INTRODUÇÃO

Apesar do surgimento de novos atores no cenário internacional, são os Estados dotados de soberania que buscam se manter no jogo de interesses para sua sobrevivência neste âmbito extremamente conflituoso e complexo. Os teóricos realistas advogam sobre a existência de uma anarquia dentro deste cenário pelo fato de não haver um soberano que possa reger o sistema internacional, e esta anarquia ameaça a segurança estatal interna.

Após a Guerra Fria, os Estados-Nação passaram a priorizar em suas agendas assuntos que no contexto de guerra não são considerados de alta prioridade para a sobrevivência do país, por exemplo, o comércio. Essa abertura comercial de caráter multilateral corroborou para o que os neoliberais caracterizam por interdependência complexa, assim o poder internacional toma novas dimensões nas Relações Internacionais e as trocas entre os países tornam essa relação complexa, visto que as decisões de um, refletirá no outro.

Neste trabalho estamos considerando a análise realista de que a anarquia internacional é imutável, então os interesses externos pelos recursos internos de cada país se mantêm independente da cooperação existente entre eles. Dessa forma, é importante que o Estado soberano garanta formas de preservar sua soberania – inclusive através das forças armadas da nação – pois a razão de Estado o permite zelar por sua segurança e sobrevivência, mesmo que para isso, seja necessário o “uso legítimo da força” (WEBER, 1918).

Os países periféricos sempre estiveram distantes dos principais conflitos e guerras que assolaram o mundo, dada posição em que se encontram no território. Quer seja por intermédio da cooperação entre os latinos, disposição dos países dessa região em participar e/ou aceitar mediações em momentos de crise entre eles, o que se pode afirmar é que o espaço geográfico onde esses Estados se encontram, sempre esteve distante das zonas de conflitos bélicos, porém tendo seus próprios conflitos geopolíticos.

No aspecto das relações entre os vizinhos da região sul-americana, esta pesquisa analisou e compreendeu a relação fronteiriça do Brasil através de teorias de segurança, e expôs as principais dificuldades nas fronteiras entre esses países. No caso do Brasil, a Amazônia Legal é a região de interesse internacional e possui diversos problemas internos e fronteiriços que ao longo dos anos, o Estado busca superar por meio de uma tentativa de aproximação dos seus interesses com o local.

Cabe ressaltar que o mundo está cada dia mais globalizado em todos os âmbitos, mas principalmente na busca pela integração econômica. Esta tem propagado um neoliberalismo de forma até agressiva em algumas economias estatais para garantir um desenvolvimento lucrativo e o que torna essa globalização econômica é o crescente esgotamento dos recursos naturais sem uma proposta a longo prazo que satisfaça os interesses sustentáveis. Assim, como o Brasil tem se posicionado diante dos interesses externos na Amazônia? Através desta pesquisa, foi possível conhecer a geopolítica brasileira, delimitada no período do Governo transitório Dilma-Temer, com o intuito de reafirmar a importância da região conhecida como “Cabeça de Cachorro”, objeto principal desta pesquisa, a fim de garantir a segurança e defesa nacional.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho foi realizado a partir dos métodos: analítico, histórico, exploratório. Desta forma, através de um estudo das políticas de defesa e desenvolvimento dos períodos entre 2011-2018 do governo transitório Dilma-Temer, conseguiremos chegar a uma compreensão de como a geopolítica destes influenciaram nos resultados dos programas nacionais propostos, principalmente do Programa Calha Norte que atende diretamente a região conhecida como “Cabeça do Cachorro”.

Em consequência deste estudo, foi utilizada a investigação para analisar a situação atual da região da “Cabeça do Cachorro”, buscando o fortalecimento do conteúdo em anexo, identificando como os governos ao longo dos anos, têm cuidado de um espaço tão estratégico e importante para o país. Também houve análise das políticas para a região Amazônia nos períodos de governo citados e a compreensão de material teórico, principalmente das teorias geopolíticas: do poder marítimo, poder terrestre e poder aéreo e como estas ajudaram os geopolíticos brasileiros na formulação de geoestratégias para a Amazônia.

Com o fato de que esta monografia buscou contextualizar os interesses político-econômicos do governo Dilma-Temer, é de suma importância o conhecimento teórico do Estado como ator principal do contexto internacional, e entender o porquê da problemática desta pesquisa ser de suma importância para as Relações Internacionais. Em suma, tudo o que constituiu este trabalho, foi feito através de análise bibliográfica em livros e relatórios, utilizando-se da abordagem de caráter qualitativo para conseguir atingir o tema proposto, e para tal, todo o embasamento teórico foi disposto por intermédio das teorias geopolíticas de famosos teóricos das Relações Internacionais como Barry Buzan, Johan Rudolf Kjellén, também os geopolíticos brasileiros Carlos Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva.

## 1. A REGIÃO DA “CABEÇA DO CACHORRO”, RIQUEZA AMAZÔNICA

A integração fronteiriça entre Brasil e Colômbia geograficamente falando, ocorre em uma extensão de 1.645km. Diplomáticamente, através da Comissão de Vizinhança de 1994, o país tem mantido uma relação bilateral amigável e cooperativa com a Colômbia para fortalecimento e desenvolvimento sustentável da região fronteiriça.

A região “Cabeça do Cachorro” está habitada por colonos, indígenas, mineradores e facções criminosas. Para compreender a situação local, é necessário conhecer brevemente a única área urbana próximo desse território é o município de Tabatinga (Brasil) fronteira com o município de Letícia (Colômbia)<sup>1</sup>.

**Figura 1 – Mapa Fronteira da Amizade: Brasil e Colômbia**



Fonte: Câmara Legislativa, 2017<sup>2</sup>.

Conforme mapa acima mostrado, o município de Tabatinga fica no limite oeste do Amazonas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2016), possui

<sup>1</sup> O Peru apesar de não estar na pesquisa também possui uma relação fronteiriça com Brasil e Colômbia, conhecidos pela chamada tríplice fronteira: Tabatinga, Letícia e Santa Rosa.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/english/historico/chamber-of-deputies-news-agency/imagens/leticia-colombia.jpg/view>

uma estimativa de 62.346 mil habitantes e uma economia local baseada no comércio de vestuários e calçados<sup>3</sup>.

Considerada uma cidade austral da Colômbia, Letícia, que outrora foi disputada por Colômbia e Peru, teve intermediação brasileira por meio do Ministério das Relações Exteriores no período Vargas para acabar com o conflito que manteve Letícia sob domínio colombiano. Essa região possui aproximadamente 35 mil habitantes e uma economia de 47% baseada no comércio e de 36% com foco em serviços, segundo dados do DANE<sup>4</sup> (2005).

O que essas duas cidades têm em comum além do aspecto econômico? Ambos os municípios estão distantes das capitais de seus respectivos países, mas tão próximas que o trajeto terrestre pela Avenida da Amizade em Tabatinga, leva menos de uma hora. Inclusive são consideradas cidades gêmeas, definido de acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União em 2014:

CONSIDERANDO a importância das cidades-gêmeas para a integração fronteiriça e conseqüentemente, para a integração sul-americana, resolve: Art. 1º “Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”. (Ministério de Integração Nacional, 2014)

Essa relação de caráter transfronteiriça<sup>5</sup> é admitida e fortalecida pela porosidade territorial, definida por Arroyo (2012, p.1)<sup>6</sup> como:

[...] qualidade dos territórios nacionais que facilita sua relação com o exterior, a partir de uma base institucional incumbida da regulação do movimento. Existe um conjunto de instituições que desenha normas para operar, algumas vezes como estímulo, outras, como obstáculo à abertura do território. É uma ação política exercida nos diferentes níveis (federal, estadual, municipal) tanto por governos quanto por empresas. Essa multiplicidade de ações que promove a porosidade territorial é uma expressão da divisão do trabalho existente na regulação. Há, por um lado, uma ação institucional pública que, através de leis, regras, medidas,

<sup>3</sup> Um aspecto destacável da economia de Tabatinga é o benefício alfandegário de livre taxaço em sua Área de Livre Comércio de Tabatinga – ALCT sobre vários produtos e serviços. O que gera insatisfação entre os brasileiros é a falta de fiscalização de determinados produtos que não estão na lista da ALCT, advindos de forma ilegal da Colômbia e Peru com valores baixíssimos que dificultam a concorrência.

<sup>4</sup> Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), Colômbia.

<sup>5</sup> “Que ultrapassa os limites das fronteiras de um país”. (Dicionário inFormal - SP, 2010)

<sup>6</sup> ARROYO, Mônica. Bases territoriais técnicas e normativas para os fluxos internacionais de comércio. O caso do Estado de São Paulo, Brasil. Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/09.pdf> Acessado em: 27/05/2019.

programas, acordos e estratégias, facilitam a relação do território nacional com o mercado externo. E há, outrossim, uma ação institucional privada exercida em câmaras empresariais, associações setoriais, prática de lobbies etc., interagindo, a maioria das vezes, com a ação pública.

Sendo assim, há uma facilidade de mobilidade de uma cidade a outra, e a partir dessa afirmação, vamos apresentar os problemas fronteiriços Brasil e Colômbia, que se estendem pelas áreas mais densas e de difícil acesso na região popularmente chamada de “Cabeça do Cachorro”.

### 1.1. A Fronteira da “Cabeça do Cachorro”: Brasil, Colômbia e Venezuela

“As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação”. (RATZEL<sup>7</sup>, 1895 apud MORAES, 1990, p.184)<sup>8</sup>. A partir dessa concepção, atrela-se as fronteiras à geopolítica:

A fronteira política encontra nos limites jurídicos do Estado seu mais pleno potencial de realização, quer na defesa militar da nação (estratégias geopolíticas de contenção) ou na proteção de determinada cultura (as identidades nacionais). Na Idade Média as estratégias de defesa das fronteiras se limitavam aos muros e fossos no entorno dos castelos e burgos; assim com a densidade normativa era eminentemente local, quase sempre ligada aos costumes locais. Mas na Idade Moderna, com as revoluções burguesas nacionais e a ideia do “povo em armas”, além de evidente expansão territorial, as leis e as estratégias de defesa se projetam para os limites das terras dos mais distantes cidadãos nacionais (CESAR, Tamires e ALBUQUERQUE, Edu, 2012, p. 217)<sup>9</sup>.

A área conhecida popularmente por “Cabeça do Cachorro” – visto possuir sua região em formato de uma cabeça de cachorro – encontra-se no extremo noroeste do Amazonas, entre as bacias do Alto Rio Negro e Médio Rio Negro I e II, no interior da maior floresta tropical do planeta. Localizada na fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela, foi considerada como área de segurança nacional por meio da Lei Federal 5.449 de 1968. Nessa área se encontram o município de São Gabriel da Cachoeira e também as microrregiões do Apuí, Cucuí, Taraguá, Tunuí, entre outras bem próximas das zonas fronteiriças.

<sup>7</sup> Friedrich Ratzel (1844-1904) geógrafo e etnólogo alemão que deixou diversas contribuições para as Relações Internacionais, como o determinismo geográfico para explicar as relações de interação homem/natureza, o espaço vital e poder e as leis que foram analisadas neste trabalho. O trabalho de Ratzel que permitiram o conhecimento da geografia sobre a análise da ciência política, a chamada geografia política.

<sup>8</sup> RATZEL, Friedrich. Antopogeografia. (tradução, MORAES, org.). São Paulo: Ática, 1990.

<sup>9</sup> CESAR, Tamires e Albuquerque, Edu. As fronteiras na era da globalização e os novos rumos da Geografia Política, 2012. Disponível em:

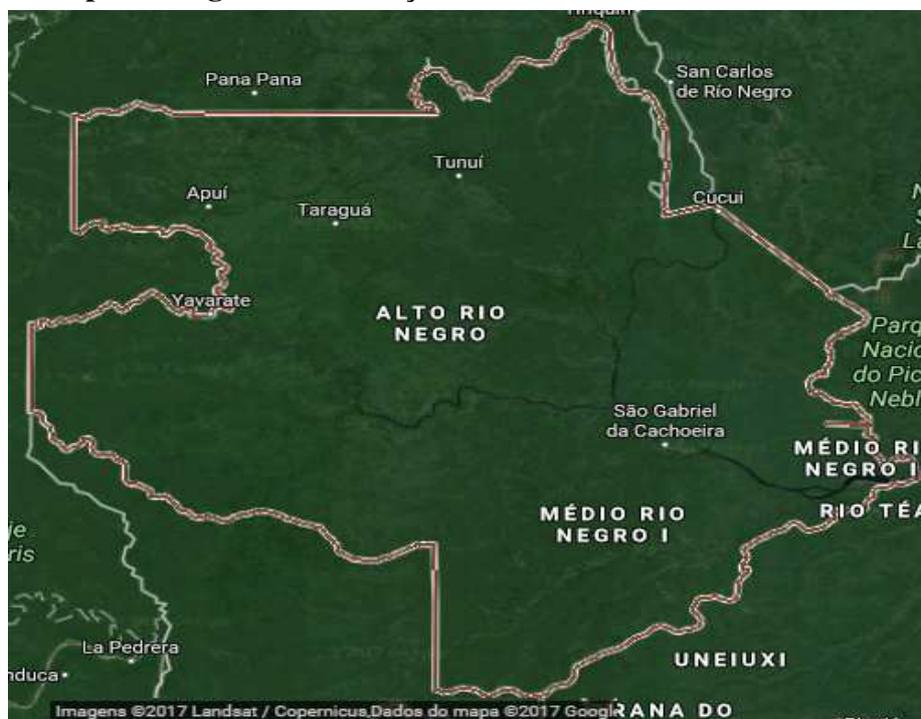
[https://www.academia.edu/2192348/As\\_fronteras\\_na\\_era\\_da\\_globaliza%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_os\\_novos\\_rumos\\_da\\_Geografia\\_Pol%C3%ADtica](https://www.academia.edu/2192348/As_fronteras_na_era_da_globaliza%C3%A7%C3%A3o_e_os_novos_rumos_da_Geografia_Pol%C3%ADtica) Acessado dia: 28/05/2019.

O acesso no ponto mais alto da Cabeça do Cachorro se localiza na tríplice fronteira: Brasil, Colômbia e Venezuela. É nessa região em que há uma dificuldade de manutenção de defesa por parte dos governos da tríplice, isso ocorre porque essa zona fronteira é relativamente isolada e de difícil acesso.

Não foi apenas a Colômbia e o Brasil que estavam preocupados com as questões de segurança e defesa em torno das fronteiras que os ligam. Em 2013 de passagem pelo Brasil após vencer as eleições, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, definiu que entre os dois países, a relação era de “grandes sentimentos de solidariedade e amor”. Dando ênfase a uma parceria regional, Maduro chegou a informar a importância de compartilhamento de estratégias de defesa com o Brasil para a defesa das fronteiras.

A região Norte do país concentra a maior quantidade de índios do Brasil, segundo dados do IBGE (2010)<sup>10</sup>. Das mais diversas tribos existentes, há também uma variedade de idiomas dos nativos, uma notória “Terra das Línguas” (ALMEIDA, 2007)<sup>11</sup>.

**Figura 2 – Mapa da Região da “Cabeça do Cachorro”**



Fonte: Google Maps (2017) adaptado por Jéssica Gomes.

<sup>10</sup> No município de São Gabriel da Cachoeira na região da “Cabeça do Cachorro”, o percentual de população indígena na área urbana de é de 77%, enquanto o núcleo rural possui 95%. (IBGE: Censo Demográfico, 2010).

<sup>11</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner. Berno de (Org.). Terra das línguas: lei municipal de oficialização de línguas indígenas São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Manaus: UFAM, 2007. 95 p.

Por conta da densa e expansiva área florestal, a “Cabeça do Cachorro” tem sido ao longo dos anos um núcleo de imigração e garimpo ilegal, narcotráfico e grupos de facções criminosas – um deles em especial será abordado ao longo desta monografia. Outro motivo que deve ser considerado nesta problemática é que todo o entorno da fronteira da “Cabeça do Cachorro” possui um acesso fluvial intenso, principalmente em São Gabriel da Cachoeira, onde segundo os militares, por intermédio do comércio é que os acampamentos dos guerrilheiros são abastecidos, dificultando o reconhecimento dos criminosos. Os esforços geopolíticos do governo brasileiro não têm sido suficientes para conter os problemas dessa região fronteiriça que afetam de forma direta ou indiretamente a soberania estatal brasileira.

## **1.2. Reservas Indígenas**

Os índios sempre estiveram presentes na História do Brasil. A generalização eurocentrista criada sobre um viés de indígenas vitimistas, os tornaram figurantes nas narrativas e conseqüentemente depreciados, estereotipados através de ideias preconceituosas. As crescentes pesquisas etnográficas, historiográficas e culturais da década de 90, permitiram que essas errôneas concepções venham sendo desconstruídas e reanalisadas.

Sob novas análises que valorizavam o protagonismo indígena, houve a necessidade de reflexões sobre o lugar do índio na história brasileira (ALMEIDA, 2017)<sup>12</sup>. Além das novas perspectivas advindas dos entendimentos teórico-metodológicos é de grande relevância também a compreensão sobre as terras indígenas.

Diferente do conceito de propriedade privada, os diversos povos indígenas ocupam uma proporção do território brasileiro no que se considera como posse de natureza coletiva e originária. Esse direito originário permite que essa população possa viver segundo suas traduções e costumes, produzir, preservar os recursos ambientais para seu bem-estar. O processo de demarcação de terras indígenas é feita pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) junto com outros órgãos competentes, seu gerenciamento destina-se de objetivos advindos dos direitos originários acima mencionados, mas também a proteção para os índios que preferem se manter isolados da sociedade e políticas indigenistas específicas para garantir um

---

<sup>12</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2017, vol.37, n.75, pp.17-38. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882017000200017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000200017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acessado em 27/05/2019.

ordenamento fundiário que reduz o conflito por terras e atende as especificidades dos indígenas.

O Instituto Socioambiental (ISA)<sup>13</sup> identifica por meio de um mapeamento todas as terras indígenas (TI) na Amazônia Legal. Na “Cabeça do Cachorro” identificamos a Terra Indígena (TI) Alto Rio Negro em fase de procedimento “Regularizada”. Além desta, próximas a esta, foram identificadas também: TI Rio Apóporis, TI Médio Rio Negro 1, TI Médio Rio Negro 2, TI Balaio, TI Rio Tea e TI Yanomami.

Dentre as TI apresentadas, há diversas etnias: Arapáso, Karapanã, Barasána, Baré, Wanana, Tukano, Tariana, Desána e etc. As áreas habitadas pelos indígenas, possuem diversos tamanhos, é o caso por exemplo, da TI Alto Rio Negro dentro da “Cabeça do Cachorro” que possui uma média de quase 80 mil hectares.

Além da TI Rio Negro, atualmente a maior reserva pertence aos índios Yanomami. Sua reserva se dimensiona entre a fronteira Brasil-Venezuela em um total médio de 9 milhões de hectares, e fica bem próximo da “Cabeça do Cachorro”. Vivendo relativamente isolados, os Yanomamis sofreram bastante com a atividade garimpeira na década de 1970 a 1990, desencadeada principalmente por conta do projeto do governo brasileiro de integração nacional.

O resultado dessa colonização invasiva na corrida por ouro e minério resultou em um conflito histórico, tirou a vida de 12 índios entre mulheres, crianças e idosos, e ficou conhecido como o Massacre de Haximu. A Justiça brasileira afirma que as ações dos garimpeiros contra os índios, foi um ato de genocídio<sup>14</sup>. Na região da “Cabeça do Cachorro” os problemas ainda se mantêm em torno da busca por minérios, principalmente por parte de empresários.

### **1.3. Narcotráfico**

---

<sup>13</sup> Trata-se de uma ONG fundada em 1994 e sem fins lucrativos que tem por objetivos: soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

<sup>14</sup> Lei nº 2.889, de 1º de Outubro de 1956 no Art. 1º: Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso. (Vide Lei nº 7.960, de 1989). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/12889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/12889.htm) Acessado em: 28/05/2019.

O Narcotráfico é uma variante – dos muitos problemas enfrentados pelas zonas fronteiriças observadas neste estudo, que obtém o primeiro lugar entre as categorias criminosas que mais geram lucro ilegal no mundo. Sendo gerido sob as bases econômicas de oferta e demanda, este passou a ser visto como um dos maiores problemas atuais que os Estados enfrentam. A porosidade das fronteiras é o facilitador que intensifica a economia ilegal das drogas ilícitas.

O Brasil e países vizinhos travam uma luta diária contra o tráfico de drogas em suas regiões. Ambos buscam adotar políticas para reprimir o narcotráfico, porém o Brasil não é considerado um país produtor de entorpecentes, a maior parte das drogas que circulam em seu território advém de dos Estados fronteiriços.

O Brasil [...] é um país que é vulnerável tanto ao tráfico, [...] como ao consumo de cocaína<sup>15</sup> devido à sua grande população urbana. [...] uma pesquisa mais recente, entre estudantes de ensino superior nas capitais brasileiras, estimou a prevalência de uso de cocaína em pó (de todas as idades) a 3% em 2009 (UNODC, 2014, p.143).

Situação não muito diferente nos outros Estados, como a Colômbia, que tem um histórico bem mais sofrido com relação às drogas que o Brasil. Valencia (2005, p.2)<sup>16</sup> no livro Estudos Avançados afirma:

A sociedade colombiana percebeu, então, um fenômeno que havia crescido silenciosamente nas suas entranhas, e começou a se dar conta também de que o cultivo, o processamento e o tráfico de drogas já tinham criado raízes profundas na vida nacional, gerando o negócio mais lucrativo e que mais dinheiro movimentava no país. Tinha comprometido milhões de pessoas, introduzindo-se na política tradicional e nas guerrilhas, gerando grupos armados para proteger o negócio ilegal.

Presente em outras várias áreas da “Cabeça de Cachorro”, o narcotráfico tem frequentes fluxos advindos de países que possuem altos índices na produção de drogas, são eles: a Colômbia, Venezuela e mais abaixo da região, o Peru. O ex-ministro de defesa Raul Jungmann no dia 31 de Julho de 2018 em reunião sobre defesa e segurança da região fronteira amazônica com o ministro de defesa colombiano Luís Carlos Villegas, afirmou “vamos combater a imigração ilegal, pois os imigrantes ilegais servem para o transporte da droga”. Levando em consideração a dificuldade de combate a essa modalidade criminosa, o

---

<sup>15</sup> O Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína e primeiro no mercado de crack do mundo segundo dados do relatório de 2013 do Segundo Levantamento Nacional de Álcool e Drogas LENAD II desenvolvido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (INPAD, 2013).

<sup>16</sup> VALENCIA, Leon. Drogas, conflito e os EUA. A Colômbia no início do século. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/09.pdf> Acessado em 26/05/2019.

narcotráfico tem se mostrado um problema sem prazo final vivido na zona fronteiriça desta análise.

#### **1.4. Extração dos Recursos Naturais**

O meio-ambiente como um todo, vem ao longo dos séculos sofrendo com a exploração predatório, de forma legal ou ilegal, a retirada combustíveis fósseis, biomassa e minerais tem sentido impactos alarmantes. De acordo com a Global Footprint Network (CFN)<sup>17</sup>, desde o dia 08/08/2016 toda a biocapacidade do planeta está esgotada até 2050 e que por conta da exploração dos recursos naturais, as emissões de CO<sub>2</sub> constam em 60% na atmosfera.

No Brasil, a exploração dos recursos naturais ocorre desde o período colonial<sup>18</sup>. Em época, a madeira Pau-Brasil era o produto mais apreciado pelos nobres europeus que chegou a ser ameaçada de extinção. O crescimento econômico do Brasil continuou com a extração dos demais recursos que as terras ofereciam, café, cana-de-açúcar e com o avanço industrial os minerais passam a ter grande importância no cenário global, sendo o Brasil inserido nos rankings dos maiores exportadores de tais recursos.

A Amazônia é uma das maiores regiões da Terra com uma variedade de riquezas naturais, despertando interesses econômicos, e até mesmo ecológicos. Através dos recursos naturais o país obteve grandes avanços, no século XIX, por exemplo, o Ciclo da Borracha, no período governo Getúlio Vargas, durante a 2ª Guerra Mundial, foi um marco histórico de transformações econômicas, sociais e culturais com a extração de látex das terras amazônicas. Apesar do desenvolvimento que o Brasil obteve através desse extrativismo, os custos desses abusos ambientais dividem opiniões até os dias atuais.

A discussão em torno deste assunto se torna ainda mais complexa quando tratamos das reservas naturais, como é especificamente na região da “Cabeça de Cachorro”, onde a extração mineral, como o nióbio e o tântalo, são proibidas como rege a LEI N° 9.605 (1998) que declara no Art. 55º. “Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.”

---

<sup>17</sup>A CFN é uma organização não-governamental que se dedica a conservação do meio-ambiente. Comparando e calculando a quantidade de recursos naturais explorados com a capacidade da Terra de se regenerar, absorver resíduos e renovar recursos. Disponível em: <https://www.footprintnetwork.org/about-us/impact/> Acessado em: 20/05/2019.

<sup>18</sup> O período colonial se estendeu de 1500 até 1822, quando ocorreu a independência do país.

Enquanto a mineração envolve a utilização de máquinas e movimentada toneladas de terras, o garimpo é uma extração mais simples e com poucas ferramentas. Ambos têm em comum a alteração da paisagem por meio de diversos problemas ambientais. Mesmo com a proibição, muitos garimpeiros ilegais se arriscam na extração mineral. “O caos da atividade garimpeira<sup>19</sup> impede a apuração das responsabilidades pelos danos ambientais do passado, mas torna necessário um maior controle e fiscalização pelas autoridades governamentais no presente” (SANTOS, 2002, p.143). Além dos exploradores vindos de outras regiões do Brasil e de índios nativos que também praticam o garimpo ilegal em suas próprias reservas, Jungmann também afirmou que essa prática criminosa está associada à lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas. Esse assunto é mais um dos problemas que atinge a segurança fronteiriça do Brasil.

Os índios também são proibidos de praticar a extração sem autorização do Congresso. Na região da “Cabeça do Cachorro” há várias denúncias de extração ilegal de recursos, inclusive de empresas públicas que estariam facilitando a presença de empresários que tentam explorar a área com a ajuda dos nativos. A Constituição Federal no Art. 231º§3º rege:

O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Uma dessas denúncias, por exemplo, ocorreu por intermédio de um manifesto de lideranças indígenas no Alto do Rio Negro em 2018, a Comunidade Canadá, representada juridicamente pela ACIRA (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari), denunciaram o projeto de pesquisa e prospecção mineral do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) na região, do qual alegam que o interesse em conhecer a região para coleta de dados prejudica os interesses coletivos dos indígenas desse território. Com isso, afirmaram “Não aceitamos essa prática de relacionamento sem acordo de cooperação técnica e termo de pactuação entre as instituições representativas para debater e esclarece sobre pesquisa de mineração nas Terras Indígenas. [...] Nós não queremos ser vítimas de assédio e aliciamento

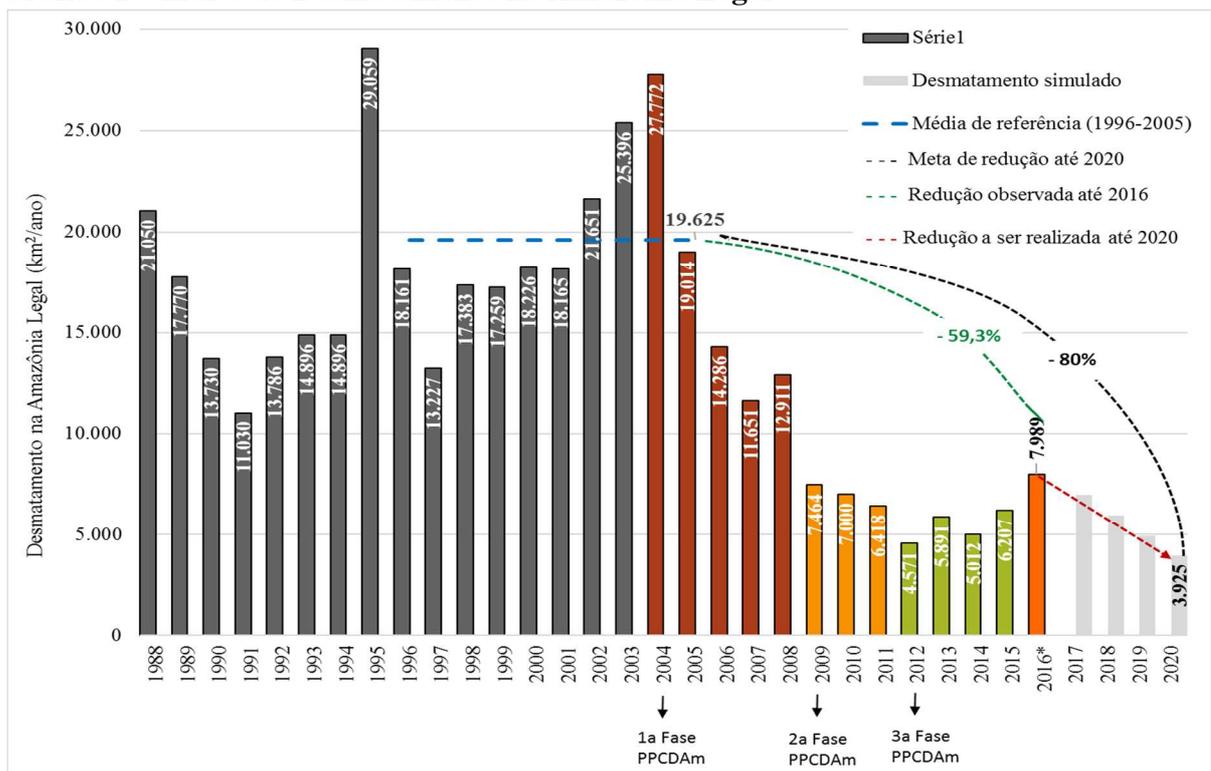
---

<sup>19</sup> Diferente da mineração empresarial que se caracteriza na extração dos recursos com uso intensivo do capital e tecnologia e baixa demanda de mão-de-obra, a atividade garimpeira trabalha com mão-de-obra intensiva e tecnologia primitiva (SANTOS, 2002, p.142).

para aderirmos ao projeto e sermos vítima da prática de cooptação das lideranças do rio Ayari”. (CANADÁ, 2018, p.5)<sup>20</sup>

Apesar dos garimpos ilegais, as transnacionais através da mineração, são as que causam o verdadeiro impacto ambiental na região amazônica. O desmatamento no território interfere indiretamente a “Cabeça do Cachorro”, pois afeta todo o meio ambiente, modificando-o e acelerando o efeito estufa. Com o aumento crescente do desflorestamento desde 1994 – que chegou a um pico altíssimo de com 29.050 km<sup>2</sup>. Das medidas tomadas nos anos seguintes, é destacável o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) criado em 2004 no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, busca a integração dos órgãos de defesa do meio ambiente.

**Gráfico 1 – índice de Desmatamento na Amazônia Legal**



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA), dados do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal), INPE/MCTI (2018)<sup>21</sup>.

O plano é dividido por fases, para obtenção de resultados que vão até 2020. Entre a 1ª fase do PPCDAm de 2004 - 2008 e a terceira fase de 2012 - 2015, houve uma queda de

<sup>20</sup> A carta de Manifesto da Comunidade Canadá no dia 04 de Maio de 2018 está disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mpf-exige-esclarecimentos-sobre-assedio-de-mineradores-na-terra-indigena-do-alto-rio-negro>. Acessado em 28/05/2019.

<sup>21</sup> O relatório está disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/616-preven%C3%A7%C3%A3o-e-controle-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia>. Acessado em 28/05/2019.

59,3% em relação a média proposta, que era de 19.625. A 3ª fase representou o melhor momento desde o início do Plano. A meta esperada até 2020 com base na meta inicial, é de redução em 80% do desmatamento, e de 49,16% em relação ao pico mais alto, no início da 4ª fase no ano de 2016.

Após a década de 1970, quando as pautas se voltaram para questões ambientais, o fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável nas políticas transnacionais foi essencial para as novas abordagens que se desenrolariam a respeito do território: crescimento econômico associado a proteção ambientais.

Sendo assim, para entender a influência das transnacionais no extrativismo do cenário amazônico, é importante compreender os interesses políticos do governo brasileiro, este será analisado no próximo capítulo.

### **1.5. Facções**

A luta contra as facções é claramente um problema de segurança nacional. É difícil o trabalho de práticas preventivas de defesa, visto que os grupos em geral costumam se organizar em áreas de mínima ou nula defesa. Dos vários grupos de crimes organizados no mundo, o mais influente na fronteira amazônica é grupo colombiano denominado FARC.

As Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia – Ejército del Pueblo – FARC-EP, formam o maior grupo guerrilheiro em atividade na atualidade. Nas áreas “cocaleiras” da Colômbia onde atuam, são responsáveis pela organização das dinâmicas econômica e política, pois o papel do Estado na região sempre foi mínimo (BARBIERI, 2010, p.1).

O envolvimento com o Narcotráfico fortaleceu a economia do Grupo, que passou a ter verbas para adquirir poder militar. O governo Colombiano chegou a classificar as FARC-EP como um grupo terrorista e pediu ajuda internacional para o combate a essa Guerrilha. A ajuda seria uma liberdade de ação nos territórios fronteiriços vizinhos, da qual o Brasil e Venezuela não foram a favor por acharem que iria contra o princípio da soberania dos países da região (CEARÁ, 2009, p. 220)<sup>22</sup>.

Em 1991 a região da “Cabeça de Cachorro” foi alvo de uma invasão das FARC-EP. A Guerrilha atacou as instalações semipermanentes das Forças Armadas e matou três

---

<sup>22</sup> Em seu artigo FARC-EP: o mais longo processo de luta revolucionária da América Latina, Diego Barbosa Ceará (2009) analisa o processo de formação, organização e desenvolvimento dessa Guerrilha na década de 1960 até os dias atuais.

militares, ferindo outros nove. Levaram consigo armas, munições e equipamentos. Em uma ação rápida de geoestratégia que ficou conhecida como Operação Traíra, o Governo Collor com total apoio da Colômbia, conseguiu retomar o controle da região. Em consequência desse ocorrido, estava claro que era necessária a adoção de políticas preventivas mais efetivas contra as invasões externas nas zonas fronteiriças.

A região amazônica se estende nas regiões e microrregiões dentro e ao redor da “Cabeça de Cachorro”, por isso a diplomacia multilateral do governo brasileiro tem sido essencial para manutenção das efetivas operações militares.

Em 2016 o governo colombiano assinou um acordo de paz com as FARC. O acordo envolve promessas como: o fim das Farc como um movimento armado, entrega das armas e a volta dos guerrilheiros à vida civil, fim do sequestro, extorsão e hostilidade contra a população e o poder público, paz com oportunidades legais para o desenvolvimento do campo sem drogas entre outros (BRASIL, 2016)<sup>23</sup>. Se haverá o cumprimento desse acordo, é algo que saberemos em um momento futuro, mas essa notícia é muito importante também para o Brasil, visto que essa facção está presente nas zonas fronteiriças entre Brasil e Colômbia.

---

<sup>23</sup> Planalto, Portal do Governo Brasileiro. América do Sul: Entenda o Acordo de Paz Entre o Governo Colombiano e as FARC. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/09/entenda-o-acordo-de-paz-entre-o-governo-colombiano-e-as-farc> Acessado em: 27/05/2019.

## 2. GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NO GOVERNO TRANSITÓRIO DILMA-TEMER SEGUNDO O PROGRAMA CALHA E SEUS RESULTADOS

É importante destacar que um dos princípios que regem as relações internacionais busca a manutenção da paz. Para isso, é essencial que a soberania nacional busque essa defesa da paz<sup>24</sup> internamente. Por motivos de segurança e soberania nacional, é imprescindível que os Estados tratem com atenção as políticas de defesas territoriais em suas agendas.

O conceito de defesa assume um significado estritamente instrumental, que compreende todas as modalidades organizativas e funcionais destinadas a garantir os valores essenciais sintetizados no conceito de segurança. (VERGOTTINI, 2000, p. 312)<sup>25</sup>.

Observa-se à nossa volta que segurança e defesa são temas bastante amplos, e de fato, são conceitos distintos e muito mais do que apenas definições pré-estabelecidas, haja vista termos a aplicação dessas palavras de diferentes formas à medida que as relações internacionais se modificam. A segurança está associada à sensação de estar seguro, não se sentir ameaçado, enquanto a defesa, garante essa segurança. Nesta monografia, a ideia segurança nacional foi analisada frente a um sistema internacional anárquico do realismo clássico, porém trazendo outras perspectivas deste estudo, sob a ótica de Buzan e Waeve (1998)<sup>26</sup> que serviram de base para a política brasileira e consequente promoção da defesa fronteiriça<sup>27</sup>.

Para os teóricos realistas<sup>28</sup> que fundamentam seus pressupostos filosóficos nos pensamentos de Thomas Hobbes (1578-1679) no qual, “o homem é lobo do próprio homem”, o Estado utiliza o poder como instrumento de sobrevivência em um cenário internacional anárquico, conflituoso e imutável. Com base numa perspectiva estadocêntrica – temos o Estado como principal ator desse cenário – a defesa é feita por ele e para ele, tendo assim um

<sup>24</sup> Nossa constituição através do art. 4o da CF/1988 rege-se pelos princípios das relações internacionais.

<sup>25</sup> VERGOTTINI, Giuseppe. Defesa. In BOBBIO, N., MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.) Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 2000, vol. 1, pp. 312-318.

<sup>26</sup> BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. Security: A New Framework for Analysis. New York: Lynne Rienner Publishers, 1998. 239 p.

<sup>27</sup> Anarquia Internacional é a ausência de uma autoridade suprema que possa reger ou mediar às ações dos Estados no sistema internacional (HERZ, 1997, p.1).

<sup>28</sup> Uma das principais premissas do realismo clássico é, em suma, que as relações humanas e, em última instância, as Relações Internacionais são centradas no poder, tendo a lógica da dominação como seu combustível. Em Hobbes, tal percepção reforça o sentido de “dilemas de segurança”, que é uma situação onde um determinado padrão de desenvolvimento da segurança interna, por meio de investimentos em defesa nacional, pode gerar, com os países vizinhos, situações até mesmo de aumento da insegurança (CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais – Brasília: FUNAG, 2012, p.317).

caráter político hierárquico do high politics sobre o low politics<sup>29</sup>, de forma a garantir a segurança ou a sensação de estar seguro.

## 2.1. Segurança

Os estudos sobre segurança tinham um predominante caráter realista durante o contexto de Guerra-Fria, pois com a corrida armamentista, o momento era de tensão diante de uma disputa de zonas de interesses entre os EUA e a URSS<sup>30</sup>. Com o fim da Guerra-Fria e consequentemente da bipolaridade, era necessária uma expansão do tema “segurança”, pois segundo Buzan, “Security is thus a self-referential practice, because it is in this practice that issues becomes a security issue – not necessarily because a real existential threat exists but because the issue is presented as such a threat”<sup>31</sup> (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998, p.24). Dessa forma, Barry Buzan, professor da Escola de Copenhague, formulou publicações com foco em segurança e argumentou sobre uma nova perspectiva desse tema, a securitização, de forma que a vulnerabilidade e as ameaças podiam acontecer não apenas por questões militares, mas envolvendo os chamados “five political sectors”:

Military: concerned with the interplay between the armed offensive and defensive capabilities of states and states’ perceptions of each other’s intentions. Buzan’s preference was that the study of military security should be seen as one subset of security studies and referred to as strategic studies in order to avoid unnecessary confusion. Political: focused on the organizational stability of states, systems of government and the ideologies that give them their legitimacy. Economic: revolved around access to the resources, finance and markets necessary to sustain acceptable levels of welfare and state power. Societal: centred on the sustainability and evolution of traditional patterns of language, culture, religious and national identity and custom. Environmental: concerned with the maintenance of the local and the planetary biosphere as the essential support system on which all other human enterprises depend<sup>32</sup> (BUZAN, 1998, p.22/23 apud WILLIAMS, 2008, p.3, 4)<sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> As high politics, são as políticas respeitantes à lei, ordem, guerra e paz. São tradicionalmente as políticas de segurança e defesa ligadas aos interesses estratégicos dos Estados. Por contraponto, as chamadas low politics, são as políticas relativas às vertentes socioeconômicas (SOUZA, 2005, p.109).

<sup>30</sup> Apesar de a corrida armamentista ter dividido o mundo de uma forma assustadora, nunca houve um conflito bélico entre as duas potências (capitalismo x comunismo), visto que o equilíbrio bélico garantia o medo de ataque do inimigo.

<sup>31</sup> “A segurança é, portanto, uma prática autorreferencial, porque é nessa prática que as questões se tornam uma questão de segurança - não necessariamente porque existe uma ameaça existencial real, mas porque a questão é apresentada como tal ameaça.”

<sup>32</sup> Militar: preocupado com a interação entre a ofensiva armada e as capacidades defensivas das percepções dos estados e estados sobre as intenções de cada um. A preferência de Buzan era que o estudo da segurança militar fosse visto como um subconjunto de estudos de segurança e referido como estudos estratégicos, a fim de evitar confusões desnecessárias. Política: focada na estabilidade organizacional dos estados, nos sistemas de governo e nas ideologias que lhes dão legitimidade. Econômico: girou em torno do acesso aos recursos, finanças e mercados necessários para sustentar níveis aceitáveis de bem-estar e poder estatal. Social: centrado na sustentabilidade e evolução dos padrões tradicionais de linguagem, cultura, identidade e costumes religiosos e

Da perspectiva de Buzan é perceptível que houve uma mudança na agenda de segurança tradicional, e dessa forma, através de uma extrema politização, a Teoria da Securitização surgiu com o intuito de transformar diversos assuntos em matéria de segurança, e assim responder perguntas como: “o que se caracteriza como ameaça no pós Guerra-Fria?”

Conforme observado pelos teóricos internacionalistas de diferentes filiações analíticas, o fim da Guerra-Fria trouxe à tona novos atores, novos interesses e um maior interesse na cooperação por parte dos Estados – principais atores. No lugar de assuntos como guerras e poder bélico nuclear, os temas como narcotráfico, terrorismo, controle e defesa de fronteiras e portos, contrabandos e tráfico de armas e pessoas, assumiram espaço na agenda de segurança internacional.

Duas análises se mostram presentes na realidade dos problemas enfrentados na região da “Cabeça do Cachorro”. A primeira delas foi citada no Programa das Nações Unidas de 1994, no qual foi formulado o conceito de Segurança Humana. Tal formulação ampliou a lógica de questões de interesse nacional, conforme outrora mencionado neste trabalho, incluindo a partir de então a “segurança do indivíduo”. E proposta da seguridade ao indivíduo, expõe que questões de saúde, meio ambiente, migração, fome e etc, impactam na segurança do Estado. Assim como a segurança, o desenvolvimento foi um dos assuntos abordados neste encontro, pois havia uma necessidade de entrelaçar a segurança e desenvolvimento humano, visto que com altos níveis de desenvolvimento haveria aumento nos níveis de segurança e uma vez que a segurança fosse prejudicada, o desenvolvimento também seria. (Buzan & Hansen, 2012)

Apesar de a segurança no realismo ter o ator Estatal como o centro, ou seja, a segurança feita pelo Estado para o Estado, foi proposto em 2003 pela Comissão de Segurança Humana (CSH) uma abordagem diferente, onde a segurança tivesse centrada no indivíduo. O discurso da CSH<sup>34</sup> é de que diferente dos debates de segurança tradicionais, no século 21 a

---

nacionais. Ambiental: preocupado com a manutenção da biosfera local e planetária como o sistema de apoio essencial do qual todas as outras empresas humanas dependem.

<sup>33</sup> WILLIAMS, Paul. *Security Studies: An Introduction*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2008. 576 p.

<sup>34</sup> A Comissão de Segurança Humana, do inglês *Commission on Human Security (CHS)* é formada por 12 membros, sendo 2 co-presidentes: Sadako Ogata que já participou do Alto Comissariado das Nações Unidas e Amartya Sen que já recebeu um prêmio Nobel em Economia. Esta comissão foi criada para promoção da segurança humana com a necessidade do Programa das Nações Unidas para promoção do desenvolvimento humano, feito através de um relatório que foi divulgado em 2003. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/91BAEEDBA50C6907C1256D19006A9353-chs-security-may03.pdf>. Acessado em 28/05/2019.

segurança e suas proteções estão mais complexas. O Estado continua sendo o provedor da segurança, mas muitas vezes não consegue proteger seu próprio povo, sendo assim, se faz necessário focar na segurança humana. Esta é muito mais abrangente do que apenas evitar os conflitos violentos. (CHS, 2003, pp. 2-4)

O espaço geográfico também é considerado um fator essencial de discussão no sistema internacional. Este se dá principalmente no que diz respeito às fronteiras, pois conforme afirma o geógrafo suíço Raffestin: “desde que o homem surgiu, as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente, sem nunca desaparecerem”, (RAFFESTIN 1993, p. 165). Como parte do estudo sobre as questões de segurança propostas por este trabalho, é essencial compreender, através da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS ou CRS), como a regionalização é um fator determinante para fortalecer as questões de segurança interna.

Esta teoria é analisada como sendo "um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independente umas das outras” (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 44)<sup>35</sup>. O complexo de segurança, segundo Buzan e Waever, é a chave para compreender um subsistema regional na medida em que é enquadrado uma análise entre os meios termos que seriam o sistema internacional e a individualidade de um Estado, lembrando que é tudo se passa dentro do sistema anárquico sob a relação de desigualdade de poder. Dentro do complexo de segurança para avaliar o subsistema, tem-se as amizades/inimizades interna dessa região.

A TCRS é separada em três formas: formações conflituosas, regimes de segurança e comunidades de segurança. Enquanto a primeira é considerada um CRS negativo por percepções de ameaça a segurança interna, a segunda é uma forma mais branda, visto que os membros buscam reduzir o dilema de segurança<sup>36</sup> e a terceira forma seria o ideal para

---

<sup>35</sup> BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*, 2013.

<sup>36</sup> O Dilema de Segurança criado por John Herz na década de 50, é um dos temas recorrentes das Relações internacionais que contribuiu para o pensamento do realismo clássico de: natureza humana pessimista, o relacionamento entre os atores centrais no âmbito externo é conflituoso, o estado de guerra é inevitável, busca pela maximização do poder por meio de interesses diversos, entre outros. Então os Estados preocupados com sua segurança se sentem ameaçados e buscam se proteger através do poderio militar, assim os demais atores estatais ao seu redor se sentem da mesma forma, com o objetivo inicial de aumentar a segurança, acaba se tornando o que historicamente pode ser explicado pelo contexto de Guerra Fria, a corrida armamentista EUA x URSS.

fortalecer as questões de segurança através da comunidade, criando uma relação de confiança entre os Estados membros, afim de reduzir as preocupações quanto ao uso da força entre eles.

Os CRS podem ser considerados basicamente do tipo Padrão: quando não há a presença de uma potência global, e dessa forma o poder é definido em termos de polaridade regional ou Centrado: (1) unipolar, sendo o polo uma grande potência; (2) unipolar, sendo o polo uma superpotência; (3) centrado, mas integrado por instituições, e não por um poder regional e os formuladores apesar de não terem identificado nenhum caso, reconhecem que pode haver o (4) centrado unipolar, porém a potência regional não é uma potência a nível global.

Na afirmação dos autores, “[...] a segurança de uma nação não é autossuficiente” (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 44). O Estado busca a segurança global através da cooperação, pois entende que não depende apenas de sua segurança de forma isolada. Em suma, por intermédio de uma análise utilizando o Complexo Regional de Segurança, se explicaria essencialmente as relações de poder e cooperação em um âmbito de maior proximidade geográfica e assim a compreensão dos processos de securitização dentro do sistema internacional anárquico

O nosso modelo conhecido como CRS na América do Sul é dividido em Cone Sul e Andina. De forma prática, em 2008 houve a consolidação da União da Nações Sul-Americanas (UNASUL) como o bloco regional que tem por objetivo o fortalecimento das relações comerciais, sociais, culturais e políticas.

Autores brasileiros como Alexandre Fuccille e Lucas Pereira Rezende que analisaram o CRS em que o Brasil está inserido, defendem uma atualização da polaridade da América do Sul, onde o Brasil possui um protagonismo, e dessa forma seria o primeiro modelo de CRS do tipo “centrado”:

Torna-se necessário então, para compreendermos a adequada categorização do CRS da América do Sul, ver se o Brasil, como potência unipolar, consegue dominar as dinâmicas de segurança da região. Nossa hipótese [...] é que sim. E isso se dá por duas razões: (1) tendo sua posição relativamente diminuída na agenda de prioridades dos EUA, a América do Sul fica mais livre para explorar a dinâmica regional de segurança. Sendo a penetração dos EUA menor, portanto, abre-se a possibilidade de novos atores exercerem um maior protagonismo. Esse protagonismo é, contudo, aquiescido, uma vez que o nível global continua a influenciar o CSR; (2) a partir dessa autonomia consentida, o Brasil passa a exercer um maior protagonismo no CRS, aproximando as agendas de segurança ainda mais dos dois subcomplexos (Fuccille e Rezende 2013, 85).

Ainda que essa seja uma das diversas linhas apresentadas afastando a presença dos EUA por motivos de interesse dos próprios americanos para a região, o CRS na América do Sul (Cone Sul e Andina) está atualmente longe de uma comunidade de segurança. Das questões políticas da UNASUL, criou-se o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Apesar de ser uma área pacífica, os conflitos interestatais sempre existiram entre os latinos, assim, o objetivo principal do CDS era estabilizar esses problemas que colocavam em risco a região.

A instabilidade e fragilização da cooperação entre os países participantes acarretou no fim da UNASUL e seu CDS. Atualmente a situação da tríplice fronteira: Brasil, Colômbia e Venezuela, é bastante delicada, visto que a Venezuela está há alguns anos em crise política e colapso econômico e social. Este ano, o país chegou a fechar a fronteira com o Brasil, através da rota regular de Pacaraima por 78 dias, enquanto na fronteira com a Colômbia o clima é de tensão e confronto. Os EUA tentam uma estratégia de intervenção militar, porém o Brasil, Colômbia e outros países vizinhos discordam que essa seja a solução.

A falta de um bloco regional para se discutir temáticas de defesa e segurança podem ser um problema para o Cone Sul? Como exposto por Buzan e Waever, isso dificulta uma análise e resolução das questões de segurança em nível global. Precisamente no objeto deste estudo, a “Cabeça do Cachorro”, a falta de estratégias sobre os assuntos de fronteira e narcotráfico podem garantir uma abertura para perpetuar os problemas transfronteiriços.

Foi visto no primeiro capítulo deste trabalho que as relações de Brasil e Colômbia são amigáveis de cooperativas, sendo assim, é importante que independente de um bloco, haja uma cooperação bilateral entre os dois países, ou seja, a segurança interna da região, depende não apenas do Brasil, mas de como os vizinhos se comportam diante de um problema em comum, mas é essencial que a geopolítica brasileira se faça presente para garantir as estratégias de segurança e defesa.

## **2.2. Geopolítica Brasileira**

O geopolítico General do Exército Brasileiro, Carlos de Meira Mattos, afirmou que “Geopolítica é a arte de aplicar a Política nos espaços geográficos”<sup>37</sup>. O termo “Geopolítica” é deveras muito novo se analisada à relação entre Estado e território. Cunhado no final do

---

<sup>37</sup> MATTOS, Gen. Meira (1979) - Brasil - geopolítica e destino, 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.

século XIX pelo cientista político Johan Rudolf Kjellén (1864 – 1922)<sup>38</sup> com base na obra *Politische Geographie* (RATZEL, 1897) o termo ganhou forma com a crescente necessidade de se falar sobre as fronteiras suecas<sup>39</sup>. Em seu livro “O Estado como forma de vida (1917)”, Kjellén propõe que através da geopolítica se formulariam estratégias e teorias políticas que maximizassem a obtenção de poder de um Estado sobre o seu território. Dessa forma, o neologismo ganha um objetivo além de apenas compreensão da força do Estado em relação ao seu espaço – posição, fronteiras, relevo, clima e recursos naturais.

Afim de compreender os objetivos e as prioridades do governo nos assuntos geopolíticos, temos o Dispositivo Geopolítico. As ordens de importância deste Dispositivo podem ser: ofensivos e defensivos ou uma combinação de ambos. A partir desse ordenamento, temos os Dispositivos Diplomáticos: que apresenta os objetivos relacionados à política externa. Dispositivo Militar: abrangendo objetivos da geopolítica (interno) e da diplomacia (externo), bem como a distribuição das forças militares nos meios: terrestre, navais, aéreos e etc. Por último, a Diplomacia de Inteligência: contém os assuntos secretos de interesse do Estado, e também busca a coleta e análise de informações que possam interessar os outros Dispositivos.

Através da Teoria do Desafio e da Resposta de Arnold Tonybee (1889-1975) que temos a afirmação:

As dificuldades geográficas, os obstáculos, são desafios que se antepõem ao processo de afirmação das nações; ou estas superam estes desafios e se afirmam, ou não o superam e são condenadas à estagnação ou à desagregação. (TONYBEE, Arnold, apud MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. *Geopolítica - Introdução ao Estudo*, 2006, p. 120).

Dessa maneira, o formulador geopolítico brasileiro General Carlos Meira Mattos (ano) explica em sua obra (Carlos Meira Mattos, “A geopolítica Brasileira-Predecessores e Geopolíticos”, in *Revista da Escola Superior de Guerra*, 2000, p. 39) como os fatores propostos na fórmula de Ray Cline<sup>40</sup> eram essenciais para medir o poder nacional, garantindo assim, o enriquecimento e desenvolvimento brasileiro. Para que esses fatores fossem

---

<sup>38</sup> Johan Rudolf Kjellén foi além de cientista político e professor, trabalhou como membro da Segunda Câmara do parlamento sueco.

<sup>39</sup> Principalmente no período de entre século XIX para século XX quando ocorreu a dissolução entre a União de Estados (Suécia-Noruega).

<sup>40</sup> Ray Steiner Cline foi um importante funcionário da CIA durante a crise dos Mísseis de Cuba. Ele criou a fórmula conhecida como “Fórmula de Cline” que segundo ele:  $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$ , onde o poder apercebido - perceived power [Pp] é igual à massa crítica - função do território e da população [C] - mais capacidade econômica [E], mais capacidade militar [M], vezes a coerência e adequação da estratégia nacional [S] mais à vontade nacional - a will to pursue national strategy[W], em função quer da vontade anímica da população, quer da sua adesão à estratégia nacional concebida pelo poder estabelecido.

colocados em prática, era necessário uma política de dentro para fora, se fazendo necessário uma valorização da região Amazônica, carente de uma governação efetiva.

Como solução, Mattos expôs a importância de continuidade dos governos futuros no projeto de desenvolvimento nacional outrora iniciado pelos presidentes: Castelo Branco, Costa e Silva, predecessores de Emílio Médici que implantou o chamado I Plano Nacional de Desenvolvimento em 1972 – 1974<sup>41</sup>.

A geopolítica da região amazônica é mais importante do que a economia para manter as fronteiras seguras, no entanto, as riquezas naturais da “Cabeça do Cachorro” têm sido cada vez mais exploradas, e os conflitos de interesses dos moradores que vivem a base dos recursos e dos extrativistas, mostram a importância da presença e posicionamento Estatal.

O enfoque de Mattos, segundo a sua obra de 1980 intitulada “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”, se voltava para a defesa e consolidação econômica da região pan-amazônica, mas também uma geopolítica de internacionalização da mesma, que no enfoque geopolítico de Ratzel (1897), é proposto segundo a Teoria dos Espaços Crescente<sup>42</sup>, onde há 7 leis que determinam a modificação do espaço geográfico e suas transformações:

1. A expansão do estado aumenta com o avanço da cultura.
2. O aumento espacial dos estados acompanha diversas manifestações do seu desenvolvimento: ideologia; produção; atividade comercial; poder da sua influência e do seu esforço no que diz respeito ao proselitismo (divulgação de suas ideias, convicções e planos).
3. Os estados estendem-se assimilando ou absorvendo as unidades políticas de menor importância.
4. A fronteira é um órgão situado na periferia do estado — por meio desse alargamento, ele materializa o crescimento, as forças e as mudanças territoriais.
5. Ao proceder a sua extensão espacial, o estado se esforça para absorver regiões importantes para o seu desígnio, por exemplo, o litoral dos estuários fluviais, as planícies e os territórios mais ricos em termos de produção.
6. É do exterior que vem o primeiro impulso, levando o estado para a extensão de território movido por uma civilização menos desenvolvida que a sua.
7. A tendência geral é a assimilação ou absorção das nações mais fracas, convida a multiplicar as apropriações de territórios num movimento que parece com a autoalimentação.

Ainda em sua obra, Mattos também entendia que se a “geopolítica era a política aplicada aos espaços geográficos”, então ignorá-los seria uma antigeopolítica, ou “a política ignorando os espaços geográficos, [...] minimizando os apelos da geografia: natureza, clima, extensão, posição, população. (MATTOS, 1980)

---

<sup>41</sup> Os principais objetivos do PND além do foco econômico, eram preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil nas décadas seguintes, com ênfase em setores como transportes e telecomunicações, além de prever investimentos em ciência e tecnologia e a expansão das indústrias naval, siderúrgica e petroquímica.

<sup>42</sup> Conhecido também como as Leis de Ratzel.

Por fim, Mattos tinha a visão de uma ocupação humana integrada as características geográficas da Amazônia que elevaria o poder nacional, nossa presença como potência regional e condições para conhecer e resolver problemas relacionados ao meio ambiente, recursos naturais, energia renovável. Porém, um conjunto de fatores vem influenciando a geopolítica brasileira, que se distancia das perspectivas do General Mattos, desde à crise econômica de 2014 – metade do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff eleita em 2011 – ao fim do mandato do Presidente Michel Temer, anteriormente vice, que assumiu após o impeachment em 2016 da Presidente Dilma, se desligando do cargo ao final de 2018.

Além da crise, que desde então representa um período de recessão muito forte no Brasil, as acusações do governo brasileiro contra a espionagem americana nos assuntos relacionados ao Pré-Sal, marcam um período de jogo político intenso que resultou no impeachment da ex-presidente.

O governo transitório Dilma-Temer teve pouca atuação quanto ao desenvolvimento sustentável, preservação e defesa da região Amazônica. Nos assuntos relacionados ao desenvolvimento o orçamento do Ministério do Meio-Ambiente apresentou uma queda de 9% em bilhões de reais no investimento em combate e prevenção ao desmatamento na Amazônia que chegou em 27% entre 2016 a 2017. Na demarcação de terras indígenas, dados da Funai mostram que o Governo Dilma-Temer teve o menor índice de demarcações desde o governo José Sarney.

Após assumir o cargo, o ex-presidente Michel Temer aprofundou ainda mais o pouco compromisso com as questões ambientais, expondo um caráter neoliberal em suas políticas para a região amazônica. A primeira foi a Medida Provisória nº 759/2016<sup>43</sup>, por exemplo, que amplia o prazo de anistia para quem ilegalmente ocupou terras públicas

---

<sup>43</sup> O texto original sofreu diversas emendas, sendo excluído os incisos I e II da Lei 11.952/2009, pois verificou-se que deturpa o Programa Terra Legal e favorece grileiros e desmatadores. Enquanto no MP nº 759 houve supressão do art. 4º que possibilitaria que “a União venda (sem licitação) áreas federais: (i) ocupantes de imóveis rurais quando se tratar de ocupações posterior a 01/12/2004” e (ii) “ocupantes forem proprietários de outro imóvel rural localizados em áreas contíguas situadas no mesmo Município”, pois se choca com as regras do programa conforme Lei 11.952/2009 de comprovação de ocupação no art. 5º inciso II que diz “não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional, e no inciso IV “exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica anterior a 01/12/2014”, sendo o MP nº 759 transformado em Lei. Links da MP nº 759/2016, Lei 11.952/2009 e Lei 13.465/2017 estão disponíveis em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm), [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm) e [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm). Acessados em 20/05/2019.

(inclusive áreas amazônicas) de 2004 para 2011, além da legalização de lotes por invasões em áreas de até 2,5 mil hectares, antes era 1,5 mil hectares.

O segundo ponto marcante do governo, nos assuntos relacionados ao meio ambiente, foi o pacote de privatizações nos setores de Energia, petróleo e outros, e tentativa de abertura para atividade mineradora na Reserva Mineral do Cobre e seus Associados RENCA – que após muitas especulações negativas o governo voltou atrás na decisão. Se a privatização pode vir a ser um benefício para o Brasil, não cabe nesta análise, mas é sabido que despertou o interesse de vários países que buscam nas estratégias brasileiras, uma oportunidade de conseguir espaço na rica Amazônia, à exemplo da China, um dos países em que o ex-presidente viajou em busca de investimentos, e é atualmente por meio da China Railway Construction Corporation (CRCC), o principal investidor projeto Ferrogrão (EF-170)<sup>44</sup> proposto pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)<sup>45</sup> de uma integração por meio de uma ferrovia Centro-Oeste ao Estado do Pará, terminando no Porto de Miritituba (na região Norte do Brasil) para escoamento do grão em uma extensão de 933 km.

Utilizando a expressão de Mattos, quanto a antigeopolítica, e de acordo com as políticas do governo Dilma-Temer expostas acima, esteve o governo ignorando os apelos geográficos da região amazônica ou apenas aplicando as leis de Ratzel sobre desenvolvimento e expansão?

Golbery do Couto e Silva, outro general que fez grandes contribuições a geopolítica brasileira na década de 50, explica que todo Estado tem seus “Objetivos Nacionais” (SILVA, 1981, pág. 24), se movendo segundo suas aspirações e interesses. Porém, explica por conta da anarquia internacional, não apenas um sistema, as estruturas sociais, econômicas e políticas – estrutura “íntima do Estado” – precisam se moldar segundo o sistema vigente, visto que é a partir dessa capacidade de domínio de toda a política estatal, que se tem o conceito de Segurança Nacional, não apenas dos planos militares.

---

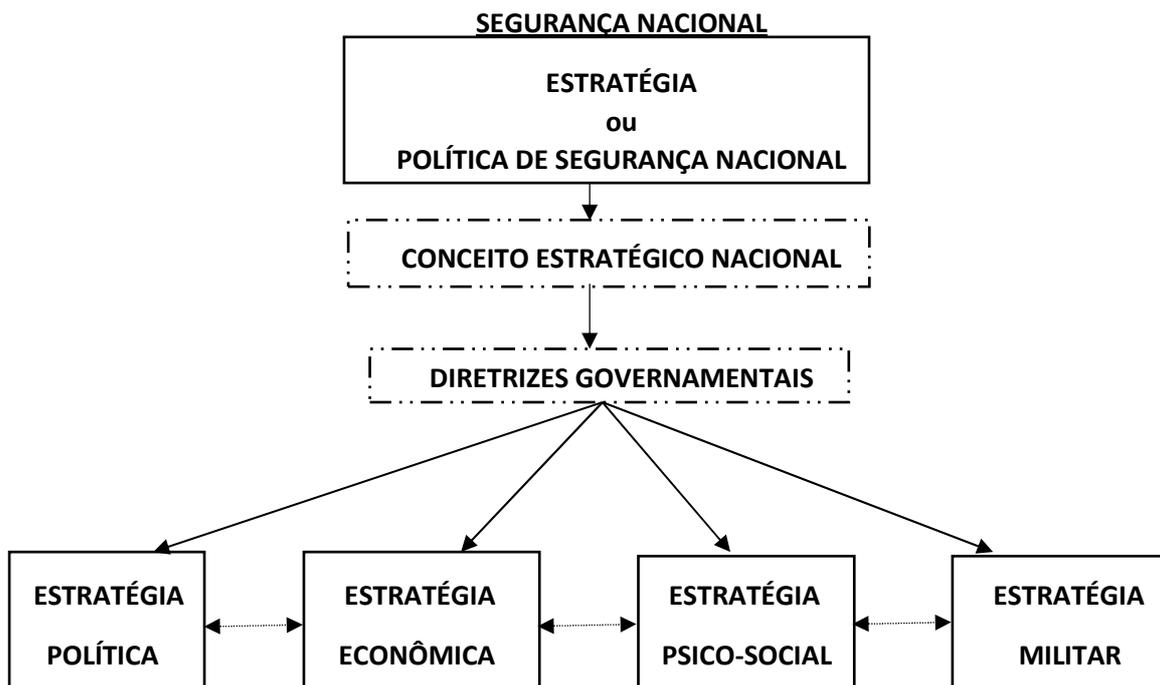
<sup>44</sup> A proposta foi qualificada em 2016, o estudo feito em 2017, porém após limitar que suspendeu o processo em 24/10/2018, a Agência Nacional de Transportes Terrestre conseguiu suspender a liminar, o prazo de consulta pública já foi encerrado em 15/04/2019, dessa forma, aguarda-se decisão da TCU.

<sup>45</sup> O PPI tem por finalidade a integração para desenvolvimento por meios dos objetivos Ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do País; Garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas aos usuários; Promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços; Assegurar a estabilidade e a segurança jurídica dos contratos, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos; Fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/sobre-o-programa>

A estratégia ainda de acordo com Silva, também perdeu seu caráter estritamente militar, para uma “guerra total”, tanto econômica e financeira, assim também política, psicológica e científica. Independentemente de abarcar novos componentes, a estratégia mantinha seu fim: a busca pela vitória, ou neste caso, satisfazer as ambições e aspirações dos Objetivos Nacionais do Estado.

Através de um esquema proposto por Silva (1980), dentro de um domo da Segurança Nacional, a Estratégia, de competência do governo. A mesma, é coordenada dentro de um Conceito Estratégico fundamental, onde todas das atividades relacionadas a política, economia, psicossociais e militares, visam alcançar os Objetivos Nacionais – segurança, aspirações e prosperidade. Assim, o autor encerra o esquema afirmando que as Estratégias: Militar, Econômica, Política e Psicossocial, apesar de diferentes, se completam e se subordinam a Grande Estratégia, que é tal qual a guerra, indivisível e total.

**Figura 3 – Esquema Sobre Segurança Nacional**



Fonte: SILVA (1981, p.26).

Se “a Geopolítica é o planejamento da política de segurança de um Estado, em termos de seus fatores geográficos” (SILVA, 1981, pág. 32), neste caso, a mesma ganha um sentido estratégico, visto que se filia a Estratégia para projetar o que há de vantagens positivas no elemento principal, o espaço geográfico, afim de promover o desenvolvimento e a

segurança interna e externa. Desse elo entre a geopolítica e a estratégia, surgiu um subcampo geopolítico conhecido como geoestratégia.

Afim de analisar as Estratégias descritas pelo General Silva de forma específica na região amazônica, será apresentado a seguir, um projeto que atende diretamente as necessidades enfrentadas na “Cabeça do Cachorro” e os resultados desse projeto no governo transitório Dilma-Temer.

### **2.3. O PCN e sua Importância para o Desenvolvimentismo e Defesa Nacional**

Apesar do Projeto Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo brasileiro ser voltado para a política econômica do país, também se faz necessário para a geopolítica nacional a Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END). A PND planeja ao longo dos anos as políticas de estratégia e defesa nacional. Essas políticas têm sido trabalhadas de diversas maneiras, mesmo em programas que o viés não é propriamente à segurança. Alguns exemplos dos projetos e programas que englobam a região amazônica são: Programa Calha Norte (PCN), Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), o Programa RADAMBRASIL, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Plano Estratégico de Fronteiras com as operações Sentinela (Ministério da Justiça) e Ágata (Ministério da Defesa). Os projetos contam com a atuação de vários órgãos e agências como os Ministérios da Polícia Federal, Defesa e Justiça, bem como as Forças Armadas: Exército, Marinha e Força Aérea Brasileira, FUNAI e IBAMA.

O PCN criado em 1985, foi um dos primeiros projetos do governo brasileiro pensado também para a segurança e defesa das fronteiras. Inicialmente ao norte do Rio Amazonas, englobava as microrregiões da “Cabeça de Cachorro”. Foi em 1997 que se estabeleceu o programa do PND que “[...] tem por objetivo principal o aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região” (DEFESA,2011, p.1). De acordo com o Ministério, os objetivos principais, conseqüentemente promoveriam um desenvolvimento de toda a região que o projeto abrangesse, em vários aspectos, principalmente econômico.

Para implantação dessa estratégia, o PCN tem atuado em duas vertentes: militar e civil. Na vertente militar, o PCN executa suas ações mediante a transferência de recursos orçamentários diretamente para os Comandos das Forças Armadas, visando

à implantação e ampliação de unidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na região. Na vertente civil, têm sido celebrados convênios entre o Ministério da Defesa (MD) e os estados e municípios abrangidos pelo Programa para permitir a realização de projetos de infraestrutura básica, complementar e aquisição de equipamentos, que servirão de polos irradiadores do desenvolvimento social e sustentável (DEFESA, 2015, p.1).

#### **2.4. Resultados do PCN no período Dilma-Temer**

Foi por meio das bases ideológicas militares no "Calha Norte, que houve um aumento de Pelotões de Fronteira e Batalhões de infantaria na região da "Cabeça do Cachorro", porém o sucesso do programa ao longo dos anos não tem sido o mesmo. De acordo com comandantes das Forças Armadas reunidos em audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado no final de 2013, a redução de investimento para atuação das Forças Armadas neste Programa, prejudicam a atuação destas em regiões de extrema importância da defesa nacional. É importante destacar que o corte de gastos da vertente militar, afeta totalmente o desenvolvimento da região e aumenta a criminalidade nas zonas fronteiriças da "Cabeça do Cachorro".

Para confirmar as informações sobre a redução no investimento do programa, foi feito uma análise entre 2013 e 2018<sup>46</sup> - cabe ressaltar o contingenciamento nas duas vertentes que o programa abrange e obtidos os seguintes resultados:

- **Vertente Civil** – Conforme imagens da Tabela 1, é possível identificar que apesar do investimento anual da Ação anual 1211<sup>47</sup> do ano de 2014 ter tido um aproveitamento melhor de 56,03% em relação os outros dois anos, houve menor utilização da verba, de apenas 36,05% em 2015, sendo também o menor repasse, com 8% a menos se comparado à execução do investimento Calha Norte de 2013. O último ano da ex-presidente Dilma no governo, representou uma queda de 63,22% no orçamento do projeto comparado a 2015, resultando em um empenho de 91,37% para pagamento. Após essa queda do LOA de 2016, os anos seguintes foram de contínua redução de orçamento de 13% (R\$ 73.931.380,00) em 2017 e de 18,54% (86.496.918,00) em 2018 sobre o ano anterior a este:

#### **Tabela 1 - Relatório Orçamentário do Programa Calha Norte – Ação Civil 1211**

<sup>46</sup> Os relatórios anuais estão disponíveis em: <https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte/relatorios-de-situacao> Acessado em 28/05/2019

<sup>47</sup> Ação 1211 – Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região Calha Norte.

ANO	LOA (R\$)	VALOR DESCENTRALIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL (%)
2013	707.710.310,00	312.368.144,40	312.080.644,40	44,09
2014	374.740.755,00	210.826.228,00	209.990.930,98	56,03
2015	854.868.050,00	393.646.630,00	357.385.128,74	36,05
2016	540.530.290,00	500.042.086,43	493.932.613,16	91,37
2017	466.598.910,00	314.846.561,38	310.744.390,00	66,59
2018	380.101.992,00	350.895.438,00	347.286.166,00	91,36

Fonte: Dados dos Relatórios do PCN (2013-2018) divulgados pelo MD e adaptados pela autora.

• **Vertente Militar** – No ano de 2012, o investimento das Ações Militares foi de R\$ 82.130.174,00 milhões de reais (DEFESA, 2012, p. 2). Olhando para a Tabela 2 é fácil observar que nos três anos subsequentes à LOA<sup>48</sup> 2012 foi reduzido o valor de R\$ 10.130.174,00 totalizando nesses três anos uma redução de custo da vertente militar de R\$ 30.390.522,00 em relação há 2012. Nessa mesma tabela, é notório a queda drástica de pelo menos 60% dos orçamentários anuais que a vertente militar sofreu de 2016 a 2018. Com o orçamento reduzido, houve uma utilização maior valores descentralizados, é o caso do LOA 2017 que chegou a utilizar 102,27% do valor orçado, o percentual mais alto desde 2013, tendo sido necessário ampliar o Limite de Movimentação e Empenho<sup>49</sup> referente a alocação de Ementas. Apenas o ano de 2018 teve o percentual inconclusivo, visto que não houve informação de descentralização, o que pode caracterizar que todo o valor orçado para o LoA 2018 foi utilizado, porém não informado no relatório:

**Tabela 2 – Relatório Orçamentário do Programa Calha Norte – Ações Militares**

ANO	LOA (R\$)	VALOR DESCENTRALIZADO (R\$)	PERCENTUAL (%)
<b>2013</b>	72.000.000,00	63.797.942,30	88,60
<b>2014</b>	72.000.000,00	54.936.510,08	76,30
<b>2015</b>	72.000.000,00	51.162.816,11	71,06
<b>2016</b>	45.530.374,00	40.453.798,00	88,85
<b>2017</b>	45.508.980,00	46.542.111,19	102,27%
<b>2018</b>	50.083.030,00	Não divulgado	Inconclusivo

Fonte: Dados dos Relatórios do PCN (2013-2018) divulgados pelo MD e adaptados pela autora.

Com base nas informações do primeiro capítulo desta pesquisa que engloba primariamente a “Cabeça do Cachorro”, é possível observar todos os grandes problemas enfrentados na região. Levando em consideração que essa área já sofreu ataques externos e

<sup>48</sup> Lei Orçamentária Anual (LOA)

<sup>49</sup> Contingenciamento de despesas.

por ser distante dos centros onde o governo brasileiro possui uma dificuldade maior para se fazer presente, é de grande necessidade reafirmar a importância de políticas públicas que fiscalizem de maneira mais ativa os órgãos que combatem à criminalidade dessa região geoestratégica.

Além disso, segundo as análises de segurança humana, é importante a atenção governamental das necessidades dos indivíduos – indígenas ou não, pois trata-se de uma área de estratégia para o país, e havendo o desamparo sustentável do território e dos indivíduos que nela estão, tenderá ao agravamento nas questões de segurança.

Os programas e projetos que foram citados nesse trabalho, têm sido de grande relevância para minimizar os problemas da “Cabeça do Cachorro” e promover o desenvolvimento sustentável da região amazônica, em especial o Projeto Calha Norte, que têm sido o projeto que mais recebeu investimentos para a região ao longo dos anos.

Esse mesmo programa, conforme análise de relatórios, tem recebido cada vez menos investimento de vertente militar. Isso é negativo para a defesa da “Cabeça do Cachorro” e de todas as fronteiras brasileiras, pois, coloca em dúvida a capacidade de atuação da soberania nacional, facilitando os crimes nas fronteiras. Para ajudar na execução positiva do PCN, além do investimento econômico, é importante que haja também um investimento na tecnologia<sup>50</sup> brasileira, defendido pelo Governo Dilma-Temer, afim de ajudar as Forças Armadas a cobrir as áreas mais densas onde não há uma facilidade de acesso.

A atenção do poder público quando ao investimento civil e militar para defesa da “Cabeça do Cachorro” vai influenciar diretamente na segurança nacional, pois os problemas transfronteiriços ganham força dentro dos Estados, à medida que há o afrouxamento da defesa nas faixas de fronteira. Se o Brasil busca na região Amazônica uma geopolítica efetiva e de resultados positivos, de encontro a nossa política externa, que fomente nossa economia e indústrias, de forma que nossas vantagens comparativas se encaixem no modelo de desenvolvimento sustentável, e se tornem novamente referência mundial, é importante o incentivo tecnológico e científico brasileiro. Para tal incentivo, alguns projetos de interesse estratégico serão analisados segundo a teoria geopolítica do espaço aéreo.

---

<sup>50</sup> Um dos sistemas de segurança da região amazônica é o Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM que será analisado no próximo capítulo. Esta comissão vem recebendo apoio financeiro de órgãos importantes como o Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão, governo da Suécia, e da Fundação Rockefeller.

### **3. AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA BRASILEIRA.**

Foi analisado no capítulo anterior que através da política, são definidos os Objetivos Nacionais. Para exequibilidade do Poder, se faz necessário a Estratégia, de forma a alcançar tais Objetivos.

Assim, Mattos (1980) conclui que a Geoestratégia, como um subcampo da geopolítica, é a aplicação da estratégia em áreas geográficas, ou seja, a efetividade do poder definido pela estratégia levando em conta a influência dos fatores geográficos. As áreas geoestratégicas são áreas geográficas onde os Objetivos sofrem influência, como por exemplo a região amazônica e suas fronteiras.

Mafra (2006) afirma que a geopolítica precisou de elementos básicos para se compreender a influência dos fatores geográficos nas decisões políticas. Assim foram definidos:

**A. Tendências dos Estados em face das suas condições geográficas** - De acordo com os fatores geográficos, devem ser analisadas as políticas e estratégias que melhor se aplicam para o desenvolvimento e segurança do Estado. Sob uma ótica expansionista, a geopolítica apresenta variadas tendências, uma delas introduzida posteriormente, mas que cabe ser mencionada neste capítulo, é o estabelecimento de bases aéreas.

Essas bases são de fato de grande valia dentro de um Estado que possui diversas áreas afastadas e/ou de difícil acesso, como na “Cabeça do Cachorro”, que possui o Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel (DASG) base que apoia as unidades aéreas que se deslocam até São Gabriel, para operações militares, além de apoio logístico, administrativo e de segurança, principalmente quando o acesso fluvial é dificultoso em períodos de cheia e vazantes dos rios. O Brasil possui um território de aproximadamente 8,515 milhões de km<sup>2</sup>, por isso, se faz necessário um número maior de bases e aeroportos, a fim de garantir não apenas o desenvolvimento e a segurança, mas é uma forma de manter a presença das autoridades estatais;

**B. Forma e posição dos territórios dos Estados** - A partir do fator “forma”, é definido o formato físico do território, se Alongada (Chile), Compacta (Brasil), Fragmentada

(Indonésia) e Recortada (Grécia). O formato da base física pode favorecer ou não à defesa e coesão do território, podendo este até mesmo ser desagregado. Quanto ao fator “posição”, são considerados a latitude, se é próximo ou afastado do mar, a relação entre o Estado e sua vizinhança, e o relevo.

Combinando a forma e a posição do Estado, tem-se os fatores que são importantes para que sejam definidos os Objetivos que o Governo busca alcançar, e também sua presença dentro do cenário internacional, visto que o território é de total relevância' para a influência que a Nação pode exercer sobre os demais.

**C. Linha periférica do território dos Estados** - As fronteiras definem onde a soberania estatal será exercida. Ela varia de acordo com o tamanho do território, e pode ter outras funções além de dividir. Diversos autores, a exemplo de Ratzel (1897), ao definir suas leis de expansão, defenderam que as fronteiras estatais servem também para proteger, isolar, unir de diversos as nações. As fronteiras apesar do caráter terrestre, podem ser fronteiras marítimas, definidas segundo o domínio sobre a faixa de mar e validada pelo Direito Internacional. A tecnologia adquirida com o desenvolvimento da aviação, expôs a necessidade das fronteiras aéreas, visto que com o “bombardeio estratégico” da 1ª Guerra Mundial, além da importância de demarcar o espaço aéreo, houve a urgência nos estudos que serviram de base para o Direito Aeronáutico e Aeroespacial e no caso da geopolítica, a Teoria do Poder Aéreo. Ainda de acordo com Mattos, com o avanço da tecnologia se fez necessário a delimitação das fronteiras espaciais, pois houve uma crescente presença espacial por parte dos mísseis, naves e satélites.

Junto com o neologismo, houve também o surgimento de teorias geopolíticas: Teoria das Pan-Regiões (1930), Teoria do Desafio e Resposta (1934), Teoria das Fímbrias (1942) e Teoria do Poder Perceptível (1975). Além dessas, outras três serviram de base para as diversas estratégias que se sucederam no cenário internacional: Teoria do Poder Marítimo, Teoria do Poder Terrestre e Teoria do Poder Aéreo.

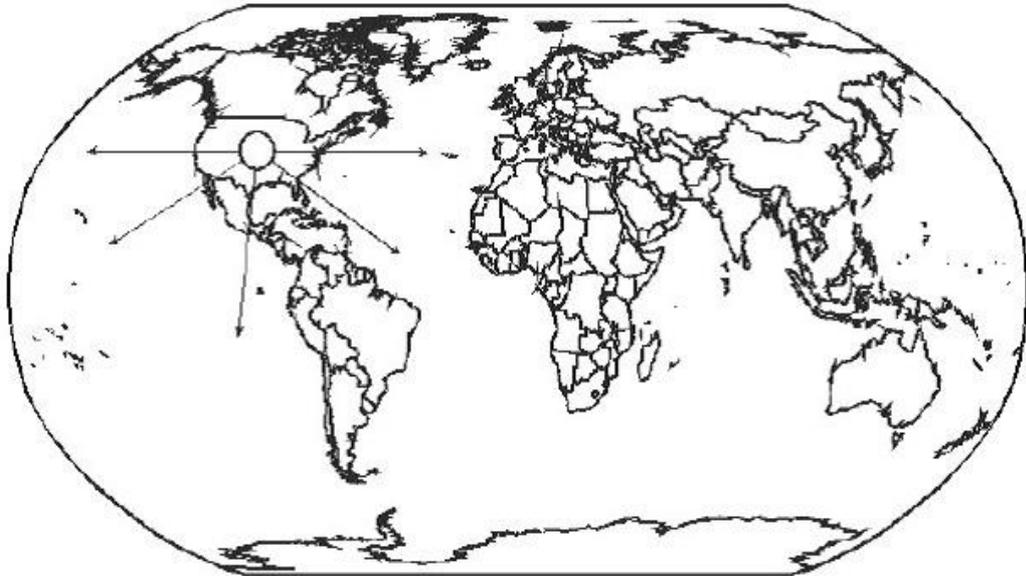
Na região amazônica, essas teorias foram utilizadas para pôr em prática as propostas de geopolíticos brasileiros, que buscavam o desenvolvimento em diversos períodos e integração da região amazônica.

### **3.1. Teoria do Poder Marítimo (1890)**

O idealizador desta teoria, foi o Alfred Thayer Mahan (1840-1914), que cunhou sua ideia, através de uma análise histórica da importância marítima para o desenvolvimento das Nações, e via os EUA como uma potência que pelo poderio marítimo, poderia dominar o mundo.

Para compor sua teoria, Mahan utilizou os métodos de análise histórica, uma análise interna dos EUA para sistematização teórica, convergência entre a guerra terrestre e naval, e de suma importância para a formulação teórica, o poderio britânico exercido nos mares. Mahan, entendia que o Poder Marítimo é, de fato, mais importante que o Poder Naval, uma vez que este primeiro engloba não apenas a capacidade militar, mas também política e econômica. Ainda que o foco de sua teoria fosse o desenvolvimento político-econômico, este teórico entendia a necessidade de um Poder Naval, afim de garantir o domínio marítimo. (MAFRA, 2006)

#### **Figura 4 – Saídas Marítimas dos EUA**



FONTE: Bonfim (2005, p. 57)<sup>51</sup>.

O general Mattos, foi um dos geopolíticos brasileiros que compreendiam a importância dos estudos de Mahan para a geopolítica brasileira na região amazônica. Sobre teses antigas de internacionalização da Amazônia, o brasileiro preconizava:

---

<sup>51</sup> BONFIM, Uraci Castro – Geopolítica, Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil, 2005. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/914> Acessado em: 27/05/2019.

“Não há dúvidas de que perigos rondam a nossa nunca contestada integridade territorial. Cabe ao Estado brasileiro demonstrar forte e inabalável decisão de não aceitar a violação de seus direitos soberanos. Para isso, precisará de uma diplomacia superativa e presente, capaz de desfazer no nascedouro qualquer pretensão internacionalista lesiva ao interesse nacional. Ao mesmo tempo, deve revelar notória capacidade de administrar a Amazônia, desenvolvendo eficiente política auto-sustentável que preserve sua natureza, proteja suas águas e otimize o seu povoamento. (MATTOS, 2005, número desconhecido)<sup>52</sup>

Para o desenvolvimento da região amazônica, conforme anteriormente mencionado, Mattos a partir de uma análise histórica das tentativas de desenvolvimento da Amazônia desde o período colonial, um desenvolvimento através de uma integração com os países fronteiriços que compartilhavam da Amazônia, por meio das bacias hidrográficas (MATTOS, 1980)<sup>53</sup>. Para isso defendeu a importância do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) assinado em 1978, entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela com fins de uma cooperação harmônica nas dimensões política-diplomática, estratégia e técnica nas áreas: Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, Turismo, Conservação dos Recursos Naturais, Assuntos Indígenas, Saúde, Fortalecimento Institucional, Intercâmbio de Informações.

Por meio disso, defendeu o projeto de institucionalização da Pan-Amazônia, que resultou no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Este foi assinado em 1978 e em 2018 completou 40 anos, entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela com fins de uma cooperação harmônica nas dimensões política-diplomática, estratégia e técnica nas áreas: Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, Turismo, Conservação dos Recursos Naturais, Assuntos Indígenas, Saúde, Fortalecimento Institucional, Intercâmbio de Informações.

Com o foro regional constituída em Brasília, os participantes deste Tratado, que em 2002 se tornou Organismo passando a ser chamado de Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), tratam de realidades em comum que permeiam toda a Amazônia. Soares (2003)<sup>54</sup> defendeu a importância da cooperação internacional, e como resultado da política externa brasileira, essa cooperação resultou no OTCA, que representa o

---

<sup>52</sup> A INTERNACIONALIZAÇÃO da Amazônia. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 85, [número desconhecido], abril 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1304200510.htm>. Acessado em 28/05/2019.

<sup>53</sup> MATTOS, Carlos de Meira. Uma geografia Pan-amazônica. Rio de Janeiro: Bibliex - Biblioteca do Exército, 1980, p. 216.

<sup>54</sup> SOARES, Guido Fernando Silva. A Proteção Internacional do Meio Ambiente". Editora Manole: Série Entender o Mundo, 2003, 204p.

fruto de interesses mútuos de defesa da região e que as questões de justiça social, crescimento econômico e ambiental são princípios basilares que inibem problemas como ingerência.

De âmbito multilateral, é destacável lembrar que a OTCA advém de atos bilaterais, entre o Brasil e os outros países membros, principalmente com a Bolívia na década de 50, com acordos de Demarcação de Limites, Convênio de Tráfico Fronteiriço, Convênio de Trânsito Livre e etc. Também com o Peru, principalmente na década de 70 como o Programa Integrado de Desenvolvimento das Comunidades Fronteiriças de Iñapari – Assis Brasil, Acordo Sanitário, Convênio sobre Transportes Marítimos, Acordo de Intercâmbio Cultural, Acordo Sobre Turismo e etc.

Assim, mesmo sem considerar que a Amazônia era uma área-pivô na América do Sul, Mattos indicou diversos pontos que a configuram como tal: percentual de bacias hidrográficas, área tropical, além de espécies e recursos. Com isso, é possível afirmar que há uma necessidade maior de segurança no território amazônico, por ser extremamente rico em recursos naturais, potencial para agricultura, pecuária e extrativismo, se assemelhando a Eurásia, proposta por Mackinder (1904)<sup>55</sup> em sua Teoria do Heartlander.

### **3.2. Teoria do Poder Terrestre (1904)**

A Eurásia (Europa+Ásia) é essencial neste contexto, por ser o objetivo da teoria. O Heartland, também conhecida como área-pivô ou Terra Central, é o cenário descrito pelo geógrafo, professor e estrategista Halford Jonh Mackinder. No cenário dual entre o avanço pelo poder marítimo e o avanço pelo poder terrestre, os Estados buscavam o domínio de áreas que pudessem ser de interesse estratégicos, políticos e econômicos.

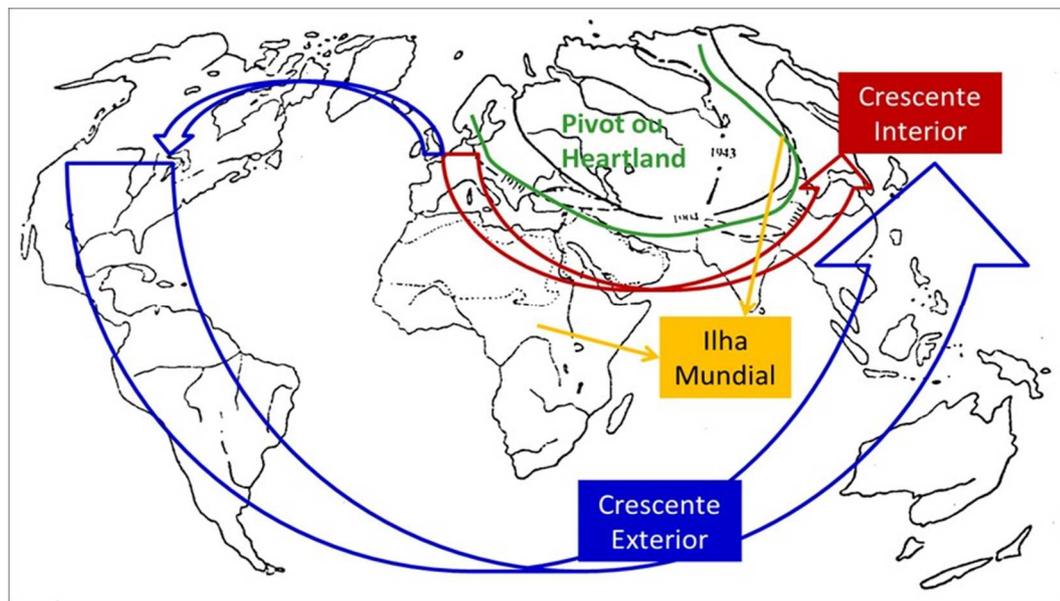
Então, Mackinder propôs (idealizando sua teoria na Inglaterra afim de garantir um poder anfíbio) que a região que hoje compreender a maior parte da Rússia e o Cazaquistão, seria a área-pivô, região propícia para se consolidar um poderio continental, visto que possui uma gama de recursos naturais, florestas, e uma zona de difícil acesso pelo oceano. O Estado que a tivesse, dominaria em seguida o Crescente Interior (China, Índia, Turquia e outros), ou seja, as Nações ao redor da Eurásia e conseqüentemente, os que estão no Crescente Exterior (EUA, Austrália e outros), que poderiam ser acessadas via marítima. Assim, Mackinder caracterizava que o Conquistador dominaria o que ele chamou de Ilha Mundial.

---

<sup>55</sup> MACKINDER, Halford Jonh. The Geographical Pivot of History, 1904.

Mesmo que a proposta mackinderiana não tenha se concretizado, visto que o avanço da União Soviética - que ao final da 2ª Guerra Mundial se manteve detentora do Heartland - foi contida com base na Teoria das Fimbrias de Nicholas John Spykman, de que a área-pivô não era o Heartland, mas sim as bordas no Crescente Interior, que ele chamou de “Himland”. Assim, a União Soviética não teve condições de conquistar os arredores, e a Teoria do Poder Terrestre foi revista.

**Figura 5 – Mapa da Eurásia**



Fonte: Sequeira, 2014. Revista Militar<sup>56</sup>.

Mesmo sem sua conclusão, conforme outrora esperado por seu autor, a teoria do Heartland teve relevante participação na formulação da geoestratégia do general Silva, na década de 50 e 60, análises que inclusive, antecederam as geopolíticas do general Mattos e serviram de modelo para toda a geopolítica que se sucedeu.

O governo brasileiro observava a importância de um fortalecimento das bases, mas a bipolaridade EUA x URSS que advém do pós 2ª Guerra, aproximava o Brasil dos norte-americanos, se afastando das ideias comunistas dos soviéticos. Então em 1949 surgiu a Escola Superior de Guerra, da qual Silva, pouco tempo depois, em 1952, integrou a equipe de militares que conceberam planejamentos em diversos segmentos organizacionais.

Esta foi criada sob a Lei de 785/49<sup>57</sup>, que segundo o Art. 1º rege: “É criada a Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/914> Acessado em: 24/05/2019.

Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.” (ESG).

Afim de garantir a hegemonia no Cone Sul, Silva (1981) afirmava a importância de uma estrutura que desenvolvesse todos os âmbitos estratégicos citados em seu esquema de segurança nacional, e para isso propôs:

1º. - articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental; ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2º. - impulsionar para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro; 3º. - inundar de civilização a Hileia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.-O. Seguindo o eixo do grande rio. (Silva, 1981, p. 46-47).

Esse autor observou a importância de focar nas regiões marginalizadas, pois, mantê-las sem a presença Estatal representava riscos à segurança nacional. Este, cabe ressaltar, não fundamentou seus projetos apenas nas propostas teóricas de Mackinder, mas também da geopolítica marítima de Mahan, pois em ambos, há o entendimento sobre uma área-pivô que favorece o Estado que a possui, de forma a alcançar uma hegemonia, não se resumindo apenas ao nível regional, mas também global. Assim, a proposta deste autor, orientava para a importância da geopolítica defensiva de caráter desenvolvimentista para a região amazônica, que daria novos rumos para o futuro do território.

Compete citar nesta monografia os rumos tomados pelas influências do general Silva, como a concepção de “inundar de civilização a Hileia”, que se consolidou por exemplo, através do I PND sob o lema “integrar para desenvolver” que prescrevia:

A ocupação econômica e o processo de crescimento serão efetivados mediante:

1) Bases da ocupação por meio de: Expansão do contingente populacional da região, de forma programada e em áreas prioritárias.

- Construção da infraestrutura econômica interna da região: rede rodoviária básica; reaparelhamento dos portos de Belém, Manaus e Santarém; desenvolvimento da navegação fluvial; programa de energia.

- Criação de um suporte de Educação, Saúde e assistência que viabilize radicar as populações.

- Programa RADAM (Radar para a Amazônia), de levantamento aerofotogramétrico.

---

<sup>57</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1930-1949/L785.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L785.htm). Acessada em 28/05/2019.

2) Processo de crescimento, com base, particularmente, nos incentivos fiscais e isenções a cargo da SUDAM e da SUFRAMA<sup>58</sup>, nas seguintes linhas:

- Seleção de polos de desenvolvimento e de integração (áreas prioritárias e zonas de fronteiras), realizando prioridades regionais, para concentração de aplicações.
- Definição de prioridades setoriais, para concentrar aplicações em setores dinâmicos prioritários, e para atividades de exportação; - industrialização, com ênfase nos polos de Belém e Manaus, principalmente de produtos da região ou tirando proveito das isenções da Zona Franca; - fortalecimento e racionalização da economia dos produtos básicos da região; - exportação de madeiras; - mineração; - programa de pecuária em áreas selecionadas.
- Programas de colonização, notadamente para a região da Transamazônica. (1 Plano Nacional de Desenvolvimento 1972, pp. 29 - 30)

É destacável nesta análise, a importância da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia<sup>59</sup>), que apesar de extinta em 2001 sob denúncias de desvio de dinheiro público, elaborou planos como os: I e II PDA (Planos de Desenvolvimento da Amazônia), onde se elaboravam subsídios ao desenvolvimento amazônico. Desses planos, resultaram os projetos: Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), Complexo Minero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus e outros. (BONFIM, Paulo Albuquerque, 2010, pág. 19 e 20).

Outro ponto do 1 PND de grande importância para demonstrar o avanço tecnológico no país, foi o Projeto RADAM (Projeto Radar da Amazônia). Tal Projeto, operou de 1970 a 1985, e desempenhou uma função essencial de levantamento dos recursos naturais por meio de um sensor que captava imagens durante o dia ou a noite, dada a importância de se conhecer por completo a realidade física, e também a fauna e a flora da Amazônia. O pioneirismo desse projeto, coletou dados sobre os solos, cartografia, vegetação, uso da terra e recursos minerais. Devido ao sucesso do projeto, houve a ampliação do mapeamento para todo o território brasileiro, passando a ser chamado de RADAMBRASIL.

Diante do que foi apresentado, pelo menos três momentos de busca pelo desenvolvimento econômico através da ocupação na Amazônia, que podem ser sintetizados para justificar a relevância de uma geoestratégia de defesa que pudesse garantir a segurança da mesma, e conseqüentemente do Brasil em um cenário internacional de interesses geopolíticos.

<sup>58</sup> Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é a entidade que administra a Zona Franca de Manaus (ZFM), vinculada aos Ministério da Indústria, Comex e Desenvolvimento.

<sup>59</sup> Criada no período do governo do presidente Castelo Branco em 1966 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia é uma autarquia que visa o desenvolvimento da Amazônia Legal por meio de incentivos fiscais e financeiros com fins de atrair capital nacional e estrangeiros. Foi extinta no governo de Fernando Henrique Cardoso em 2001 e propondo a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), porém esta primeira foi reativada no governo Lula em 2003, encerrando a ADA.

Primeiro, a exploração das riquezas naturais, desde o período pré-colonial com o desflorestamento, e o exemplo histórico é das árvores pau-brasil, que entraram para a lista de extinção, até a colonização com busca por ouro e jazidas, meio das grandes expedições de Portugal e Espanha, não se limitando apenas a região amazônica.

Segundo, o extrativismo da borracha que representou um período fundamental para a economia brasileira. Durante mais ou menos o final do século XIX pelo "boom" da Revolução Industrial no país, ao início do século XX, no período da 2ª Guerra Mundial novamente o foco no extrativismo da borracha, colocando o país num acelerado desenvolvimento, fornecendo principalmente para os EUA que estava em plena expansão.

Terceiro, o processo de industrialização da década de 1950 e boa parte do período pós chegada dos militares ao poder, com o Golpe de 1964, houve uma concentração na necessidade de integração da região Norte do país, principalmente no período militar com a busca pela ocupação da Amazônia com discursos como o do ex-presidente Humberto de Alencar Castello Branco em 1966 de "integrar para não entregar".

Contudo que foi mencionado, o resultado das buscas pelo desenvolvimento econômico por meio da Amazônia, resultou em um tema alarmante no âmbito internacional: a importância da preservação ambiental. Este tema, que deu espaço para o conceito de desenvolvimento sustentável, marcou a década de 1970.

Para o Brasil, nesse período, especificamente por conta da expansão da região Norte, das propostas de desenvolvimento sustentável e preocupação quanto aos discursos de internacionalização da Amazônia, o governo viu crescer cada vez mais a necessidade de geoestratégias para o território e suas fronteiras. Dessa forma, é valioso compreender como a teoria do espaço aéreo representou através do aparato tecnológico, um avanço na defesa e segurança nacional.

### **3.3. Teoria do Poder Aéreo (1919 - 1943)**

Maffra (2006) explica que esta teoria foi formulada em 3 cenários distintos:

Primeiro com o General italiano Giulio Douhet (1869 – 1930), conhecido como o pai do poder aéreo, pois foi o primeiro estrategista a compreender a necessidade de uma Força Aérea. Este acreditava que o avião seria o único meio do Estado se defender, e quem

obtivesse o “domínio do ar”, seria o país vitorioso, visto que estava em um plano dimensional terciário, assim se sobrepujando os poderes terrestres e navais (dimensão secundária).

Douhet definiu “Nas guerras futuras, o vencedor será aquele que obtiver o domínio do ar”, através da ação de seu poder aéreo, possibilitando bombardeio estratégico de alvos militares e civis no interior do território inimigo, até cessar sua vontade de lutar e ser obtida a paz” (DOUHET, apud MAFRA, 2006, p. 125). Para Douhet destruir as forças do inimigo em solo se fazia mais resultante do que a guerra aérea, “[...] mais vantajoso destruir o poder aéreo potencial do inimigo, destruindo seus ninhos e ovos, do que procurar suas aves voadoras no ar e abatê-las” (DOUHET, tradução FERRARI, Dino, 1998, p. 83).

Sendo assim, este autor entendia que a capacidade da frota aérea era tão importante que a busca por esta, entre os Estados, seria inevitável. As afirmações de Douhet ocorreram 5 anos antes da 1ª Guerra Mundial, onde as capacidades do Poder Aéreo, como o bombardeio, representaram como uma novidade utilizada em larga escala e com importantes efeitos nos conflitos que se seguiram. Na obra de Douhet originalmente publicada em 1921, sustentava a proposta de uma Força Aérea que fosse separada das outras, independente.

O segundo teórico do Poder Aéreo é o General William Lendrum Mitchell (1879 – 1936), também foi um militar com uma grande experiência em batalhas, participando em missões que o fez defender as concepções de Douhet, porém o foco de Mitchell era o bombardeio estratégico.

Ele acreditava veemente que esta arma, como elemento independente, não era apenas um auxílio do poder terrestre, mas que um ataque prematuro desestruturaria o inimigo, defendendo que estes ataques fossem feitos em centros vitais ou chamados locais de comando e a indústria. Com isso publicou um cenário que se consumou em uma derrota dos EUA para os japoneses, que em 1941 atacaram a base norte americana em Pearl Harbor e sua posterior vitória na 2ª Guerra Mundial:

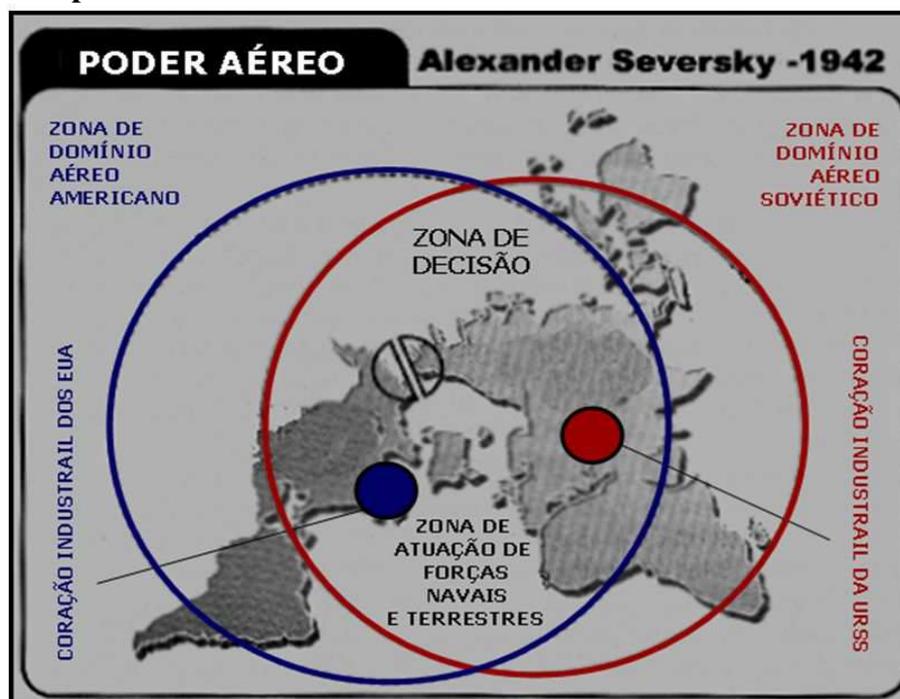
- Força Aérea autônoma, com missões específicas.
- Emprego intensivo de bombardeio aéreo, terrestre e naval.
- Bombardeio estratégico sobre alvos industriais e centros vitais do inimigo.
- Efetivos adestrados e aprestados, pronto para emprego.
- Equipamentos modernos e em grande quantidade
- Aviões constituindo a primeira linha de defesa, em substituição à dos navios.
- Distância medidas em horas, não mais em milhas.

– Ofensiva aérea incessante e inexorável. (MITCHELL, apud MAFRA, 2006, p. 131)

As contribuições do terceiro cenário foram elaboradas pelo engenheiro e Major Alexander Nikolaievich Prokofiev de Seversky (1884 – 1974). De origem russa, pilotava desde os 14 anos e segundo os estudos de Mafra (2006) foi o grande “às aeronaval da Rússia”. Em 1918, após obter asilo político nos EUA por conta da ascensão do bolchevismo na Rússia<sup>60</sup>, buscou alertar o governo americano quanto a importância de um investimento no Poder Aéreo, pois considerava que o “domínio do ar” era importante, mas não garantia a defesa ou vitória, assim como Mitchell e Douhet, viu que o bombardeio de precisão, por meio das retaguarda, com uma zona definida, seria a chave para destruir o inimigo.

A concepção geoestratégica deste autor se formava pela percepção de um mundo dual, e nesta análise, estavam EUA e URSS. Assim ele projetou os limites onde se aplicariam a “zona de decisão”, ou o Heartland industrial de cada país.

**Figura 6 – Mapa da Zona de Decisão do Poder Aéreo**



Fonte: MAFRA, 2006, p. 137

<sup>60</sup> A Revolução Russa em 1917 foi uma série de eventos políticos com objetivo de implementar o comunismo bolchevique, e após vitória deste, tendo Vladimir Lenin a frente, ocorreu o fim do império Czarista de Nicolau II, passando a ser chamada em 1922 de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O Brasil, mesmo não estando dentro da zona de decisão, desenvolveu-se na trajetória aeroespacial. Almeida (2006)<sup>61</sup> defendeu em sua tese sobre como historicamente ocorreu esta evolução e sua importância para a geoestratégia brasileira.

De acordo com este, a proposta do poder aéreo se manteve nos 3 cenários acima citados, até que ocorreu o lançamento em 1957 do primeiro satélite soviético, marcando a corrida espacial entre EUA e URSS. Além disso, os mísseis a longa distância também marcaram a busca por bombardeios com equipamentos de última geração, e os americanos possuíam a vantagem geoestratégica de possuir bases<sup>62</sup> em países aliados ao redor do território soviético. O lançamento deste satélite, ainda segundo Almeida (2006), representava uma ameaça para os EUA, que viu nascer a possibilidade de um ataque vindo do espaço.

O poder aéreo adquiriu mais uma característica que é a utilização do espaço sideral, assim configurando o poder aeroespacial. Este meio, também chamado de espaço extremo, tem sido utilizado com o avanço tecnológico por satélites, “os países que detêm poder aeroespacial podem se utilizar deste meio de duas formas: uma é operando plataformas (satélites, estações espaciais) neste; outra é usando como meio de passagem (de satélites, ICBMS<sup>63</sup> e espaçonaves). (ALMEIDA, 2006, p. 34).

Almeida apresenta também que os satélites são em um contexto de guerra a ferramenta que envia informações sobre tudo que estiver a seu alcance. A tecnologia permitiu que estes fossem sendo melhorados a ponto de enviarem imagens e gravações com alta resolução, além do recurso de sensoriamento remoto, que o Brasil tem adquirido cada vez mais em seus equipamentos localização exata, os satélites informam também sobre altitude e longitude dos possíveis alvos que estiver em superfície.

Da corrida armamentista no período bipolar, houve o aperfeiçoamento dos satélites que deixavam de ser apenas ofensivos, para assumir a estratégia defensiva, pois ambos países já possuíam capacidade de ataque se utilizando desse poder aeroespacial. Assim, surgem os satélites de defesa para rastreamento e monitoração, surgindo a necessidade de uma rede

---

<sup>61</sup> ALMEIDA, André Luis de. A Evolução do Poder Aeroespacial. São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062007-153215/publico/TESE\\_ANDRE\\_LUIZ\\_ALMEIDA.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062007-153215/publico/TESE_ANDRE_LUIZ_ALMEIDA.pdf) Acessado em: 20/05/2019

<sup>62</sup> Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2015/06/us-military-bases-around-the-world-119321> Acessado em: 29 de maio de 2019.

<sup>63</sup> Intercontinental Ballistic Missile ou em tradução livre, mísseis balísticos intercontinentais.

estrutural de satélites vigilantes, do qual, ambos os países desenvolveram para interceptação de mísseis. (ALMEIDA, 2006)

No Brasil, as Forças Armadas (FA) compõe as estratégias segundo os âmbitos de atuação: naval, terrestre e aéreo. Com isso, os poderes militares ficam a cargo da Marinha, Exército e Força Aérea. Os 3 ramos fazem parte do Ministério de Defesa, e trabalham juntos sob atribuições do Ministério para cumprir as Estratégias Nacionais de Defesa (END).

Com as competências do ramo aéreo a cargo da Força Aérea Brasileira (FAB), estas foram iniciadas na 2ª Guerra Mundial. A guerra acabou, mas as 6 tarefas primordiais se mantém, de acordo com a “Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira: a) Exploração da Informação, Controle do Ar, Projeção Estratégica do Poder Aeroespacial, Interdição do Campo de Batalha, Proteção da Força e Sustentação ao Combate (Ministério da Defesa Comando da Aeronáutica, DCA 1-1 2012, pp. 44-45).

Apesar da dualidade advindas das teorias do poder marítimo e terrestre, e incorporada em seguida o poder aeroespacial (que como visto no contexto de Guerra Fria, os países detentores desse tipo de arma podem dizimar não apenas uma nação, mas todo o mundo), os Estados, com o surgimento de novas análises do cenário internacional do pós-guerra, tem atribuído a esses poderes, uma estratégia de complementariedade, ou seja, não há como utilizar apenas um único poder para se alcançar os objetivos nacionais, a Guerra do Golfo foi um dos exemplos claros da estratégia americana de utilizar os poderes de forma dual, conforme afirma Zarpelão: “preocupações como a temática das baixas, uso de alta tecnologia, bombardeios “cirúrgicos”, coordenação de poder aéreo e terrestre e troca de informações estão presentes nas doutrinas que a sucederam.” (ZARPELÃO, 2012, p. 10)

Por meio da tecnologia e das tarefas primordiais da FAB para o espaço aéreo brasileiro, o Ministério de Defesa têm utilizado essa força militar aérea para garantir a geoestratégia do governo brasileiro. Ainda que não estejam sendo utilizadas para fins de guerra, projetos tecnológicos sensoriais como o SISFRON E SIPAM/SIVAM, têm ajudado no desenvolvimento, e principalmente de forma defensiva<sup>64</sup> a manter a integridade das fronteiras

---

<sup>64</sup> O MD informa que apesar de não estar 100% operante, o SISFRON já está apresentando resultados. Além disso o ex-Ministro de Defesa Jungman afirmou expressamente a importância do SIPAM Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/50004-sisfron-opera-com-90-da-sua-capacidade-tatica> e <https://www.defesa.gov.br/noticias/33096-ministro-jungmann-visita-censipam>. Acessados em 28/05/2019.

e combatendo os problemas do território amazônico, a partir de um constante monitoramento e mapeamento aliados a operações terrestres e navais.

### 3.3.1. SISFRON

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é um projeto brasileiro que faz parte do Plano Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF). Este advém da necessidade do Estado de se fazer presente em suas faixas de fronteiras afim de manter a sua defesa e segurança.

**FIGURA 7 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**



Fonte: Ministério de Defesa (2017)<sup>65</sup>.

A proposta deste sistema, remontava a necessidade de estratégias efetivas para as fronteiras brasileiras, que teóricos como Mattos (2011) já falavam há muito tempo serem como uma “epiderme do corpo estatal” e possui uma sensibilidade as respostas externas a externas.

Apresentado entre 2010 e 2011, o SISFRON até o presente ano deste trabalho é um projeto piloto que está atuando com 90% de sua capacidade no Mato Grosso e Mato Grosso

65

Disponível

em:

[https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/auditoria/contas\\_anuais/relatorio\\_gestao\\_2017/relatorio\\_de\\_gestao.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/auditoria/contas_anuais/relatorio_gestao_2017/relatorio_de_gestao.pdf)  
Acessado em 28/05/2019.

do Sul e com tecnologia brasileira em uma área de 650 km. Este tem por objetivo o sensoriamento nas regiões sensíveis, além de apoiar nas decisões e nas atuações das demais forças brasileiras. Com a proposta de imageamento e comunicação, o Projeto visa cumprir uma das atribuições da Aeronáutica, descrita no Art 18º inciso VI: “Cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, quanto ao uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução”. (Lei Complementar Nº 97/1999)<sup>66</sup>

Estimulando à pesquisa no campo de inovações tecnológicas, para desenvolvimento regional, nacional e fortalecimento da defesa, o SISFRON atuar nas fronteiras, constitui um estímulo para cooperação militar com os países vizinhos para reprimir crimes cometidos nessas zonas, é o caso Cabeça do Cachorro, que faz fronteira com a Colômbia e Venezuela e possui problemas com o narcotráfico.

Além disso, o projeto piloto beneficia também o desenvolvimento sustentável a partir da proposta de defesa, pois se integra com vários órgãos do governo brasileiro e seus diversos programas, principalmente os que atuam para integração da Amazônia Legal, como por exemplo o programa do Exército denominado Amazônia Protegida<sup>67</sup>.

O valor estimado para implantação do SISFRON é de R\$ 11.992.000.000,00, que segundo o MD (2017, p. 124) seria para aquisição e a integração de meios de sensoriamento (câmeras de visão noturna, radares, veículos aéreos remotamente pilotados etc.), de comunicações (micro-ondas terrestres, ligações por satélites etc.), de apoio à decisão (centros de operações, infraestrutura de TI etc.) e de apoio à atuação (viaturas, embarcações etc.), dentre outros meios.

Por meio de um relatório de gestão realizado pelo MD (2017, pp.124-131) foi possível analisar o investimento do governo Dilma-Temer para o avanço do projeto piloto, os dados obtidos de 2012 - 2017 mostram quais foram os resultados da iniciativa primária do Projeto:

### **Tabela 3 – Relatório de Custos do Projeto SISFRON**

<sup>66</sup> Esta Lei Complementar da Constituição dispõe, em linhas gerais, sobre a organização, preparo e utilização das FA. Por meio desta são descritas as destinações e atribuições, organização e orçamento.

<sup>67</sup> [...] os seguintes compromissos com a Amazônia: a) contribuir para a garantia da soberania nacional, da integridade territorial e dos interesses nacionais; b) contribuir para a ampliação da presença do Estado, com integração das ações dos três níveis de governo, da sociedade e dos setores empresariais; c) contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e da redução das desigualdades regionais; d) contribuir para o fortalecimento da integração do Brasil com os países sul-americanos Amazônicos; e) cooperar com as ações interagências no combate ao desmatamento ilegal, aos crimes transfronteiriços e na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. PORTARIA Nº 511-EME, 2017.

<b>05R0 - Implantação e integração de sistemas de sensoriamento e de apoio à decisão e atuação do SISFRON</b>			
<b>VALORES</b>	<b>EMPENHADO</b>	<b>LIQUIDADO</b>	<b>PAGO</b>
2012	196.702.858,73	63.227.704,22	63.227.704,22
2013	242.040.704,78	164.337.091,71	163.552.416,90
2014	256.059.115,35	239.867.933,00	207.684.782,80
2015	160.356.068,69	239.047.048,22	176.733.097,00
2016	182.225.522,99	182.145.363,74	276.735.227,04
2017	266.840.664,40	132.688.980,40	132.401.488,14
<b>SOMA</b>	<b>1.304.224.934,94</b>	<b>1.021.314.121,29</b>	<b>1.020.334.716,16</b>

Fonte: Ministério de Defesa (2017) com adaptação feita pela autor<sup>68a</sup>.

Os valores pagos pelo programa não configurem um montante que satisfaça a proposta final do programa, visto que o mesmo tem previsão de término será em 2035. Assim, o total pago representa apenas 8,5% do valor estimado para implantação, mas cabe ressaltar que depois de 2012, onde foi pago apenas 32,14%, os valores pagos para a execução da implantação do SISFRON estão se mantendo em pouca disparidade, com anos pagando 67,57% em relação ao empenho (2013), porém no ano seguinte (2014) pagando um pouco a mais 81,10%.

O MD informou também neste relatório, apesar dos impactos orçamentários sofridos, que elevou o prazo de término de implantação de 2021 para 2035, o Projeto alcançou 74% de sua capacidade nos locais em que está monitorando. A implementação do monitoramento em outros Estados do Norte (não incluindo o Amazonas, ainda) alcançou em 2017 1,6% dos 11% estipulado no ano anterior.

Conforme visto no relatório do PCN 2017, o governo Dilma-Temer buscou garantir a eficácia das ações militares e houve um crescimento no repasse das verbas destinadas as ações militares, e isto pode vir a se refletir também no investimento do SISFRON.

O fornecimento do monitoramento constante nos mais de 16 mil km faixa de fronteira, dá um apoio essencial as operações de inteligência terrestres, a exemplo de operações militares que tem a finalidade e reprimir as ações criminosas na faixa de fronteira.

Uma dessas operações que atualmente está operando com excelentes resultados, é a Operação Ágata, que já atua com tecnologia de ponta que transmite dados via satélite (MD,

<sup>68</sup>

Disponível

em:

[https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/auditoria/contas\\_anuais/relatorio\\_gestao\\_2017/relatorio\\_de\\_gestao.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/auditoria/contas_anuais/relatorio_gestao_2017/relatorio_de_gestao.pdf)  
Acessado em 28/05/2019.

2015). A primeira operação desta ocorreu em 2011, onde se utilizou 35 aeronaves da FAB, com base em imagens recebidas de um programa de sensoriamento para proteção da Amazônia contendo uma pista de pouso ilegal. Utilizando uma aeronave do tipo “super tucano”, as Forças Aéreas destruíram a passagem ilegal e esta operação passou a configurar o leque de ações desenvolvidas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Mesmo não estando em total funcionamento, o SISFRON representa um avanço tecnológico para as questões de defesa, tais objetivos foram muito preconizados nas teorias aeroespaciais. O Programa é de fato, um investimento que busca trazer resultados nas zonas sensíveis e integração com outros órgãos para atender as demandas perceptíveis de segurança.

### **3.3.2. SIVAM/SIPAM**

As percepções da importância que é a Amazônia em âmbito nacional e internacional, culminaram em momentos já expostos neste trabalho, como a busca pelo desenvolvimento econômico brasileiro, integração regional, notoriedade sobre questões de sustentabilidade, internacionalização amazônica.

De toda a geopolítica pautada na manutenção da região para fortalecimento dos Objetivos Nacionais, as estratégias para a defesa desse rico território, são as que saltam como primordiais para o crescente avanço do sistema capitalista e globalizado.

O governo brasileiro tem buscado aperfeiçoar as ações de defesa do território tanto nas suas faixas de fronteiras, mas principalmente em seu âmbito interno, pois a falta de segurança compromete o desenvolvimento. Por isso, o desenvolvimento do campo tecnológico nacional, merece devida atenção.

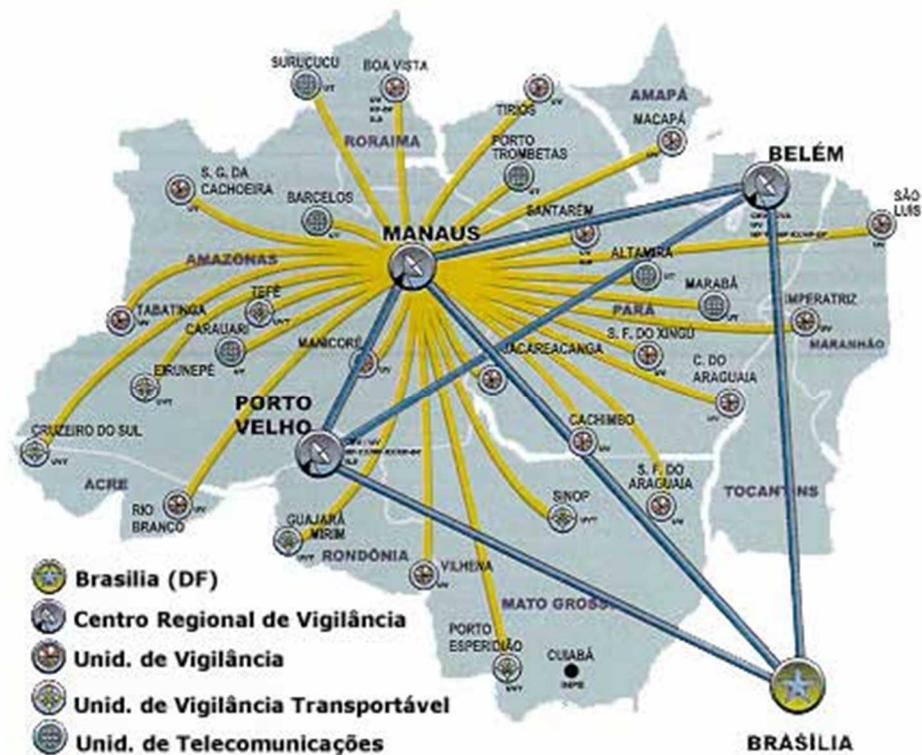
A elaboração das geoestratégias de defesa e segurança pela percepção dos perigos que rondam a Amazônia, resultaram em um programa que sua elaboração até os dias atuais, possui divergentes opiniões por utilização de tecnologia estrangeira, mas que servem de base para criação de novos projetos, como o SISFRON, que apresenta a capacidade de autonomia brasileira em tecnologias que são indispensáveis na defesa.

O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) é o pioneiro de um resultado de estudos e pesquisa de imageamento por satélite e radar orbital para proteção dessa parte do território onde o Estado possui maior dificuldade de manter a segurança. Pensado na década

de 90, após o sucesso do Projeto RADAMBRASIL com mapeamento por radar, o SIVAM iniciou suas atividades em 2002 atendendo as questões políticas, sociais e econômicas.

O SIVAM atua especificamente como uma rede integrada com diversos órgãos públicos atuantes na Amazônia Legal, fazendo um levantamento de informações e trocas que abrangem o monitoramento aéreo e monitoramento do local. Neste segundo, Almeida (2002, p. 45) criticou que a atuação de forma individualizada após a recepção de tantas informações prejudica os resultados, sendo necessária uma integração que o SIVAM (MD, 2008) vem buscando através de cooperação com as gestões locais, para treinamentos de capacitação técnica do uso da geotecnologia.

**Figura 8 - Monitoramento SIVAM/SIPAM**



Fonte: Conhecimento Geo História (2011)<sup>69</sup>.

A área monitorada da região amazônica compete a Casa Civil do Presidente da República e feito por meio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), que atualmente é controlado pelo Centro de Gestão Integrada, sendo conhecido como CENSISPAM.

<sup>69</sup> HISTÓRIA, Conhecimento. O que é SIVAM. 2011. Disponível em: <http://conhecimentogehistoria.blogspot.com/2011/05/o-que-e-o-sivam.html>. Acessado em: 28/05/2019.

O resultado desse monitoramento ainda que não mensurado em números para a segurança e/ou integração, segundo Almeida (2012), é visto com outros ganhos de ordem econômica e social, mesmo que o foco seja primeiramente militar:

- **Criação de condições para o estabelecimento de alianças com os demais países vizinhos** – O resultado foi a celebração de um Memorando de Entendimento através do Decreto 5.752/06 firmado Brasil e Peru que segundo o Art. 1º: “O Governo da República Federativa do Brasil proporcionará o assessoramento e a cooperação técnica necessários, que permitam o acesso progressivo do Peru aos dados gerados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e a integração peruana ao SIPAM.”
- **Mobilização de diversas instituições, inclusive da sociedade civil, para garantia de legitimidade ao programa com fins de solucionar os problemas da região** - Com a abertura para solucionar problemas civis, o SIVAM/SIPAM tem implantado telecentros em cidades da região amazônica para promoção da inclusão digital.
- **Uso civil de equipamentos destinados para uso militar do projeto, com custo praticamente zero** – Através das informações fornecidas para o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), por exemplo, é possível acessar dados e mapas sobre alertas, desflorestamento e resultados deste ao longo dos anos.
- **Geração de empregos, mesmo que temporários** - Além dos concursos públicos, o projeto tem dado oportunidades para bolsistas em diversas áreas, de meteorologia a tecnologia.
- **Exercício de controle efetivo sobre a região amazônica não apenas pelo espaço aéreo** - O Programa auxilia nas operações nos demais âmbitos, marítimo e terrestre, garantindo uma complementariedade entre eles, exemplo da Operação Ágata e Sentinel.

Com o avanço do poder aeroespacial associados ao desenvolvimento tecnológico e diante das necessidades apresentadas no território, é possível afirmar que o SIVAM/SIPAM é o primeiro projeto para a região amazônica que representa uma integração defensiva de grande qualidade tecnológica, que pode caminhar para uma discussão sobre possível ampliação do monitoramento defensivo em outras áreas do território brasileiro, a fim de garantir a segurança e defesa nacional de maneira organizada e eficaz.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi analisado e descrito neste trabalho, fica evidente a necessidade do governo brasileiro de intensificar sua presença em regiões de menor acessibilidade. Um conjunto de fatores apresentados, mostrou que atualmente, a “Cabeça do Cachorro” se classifica como uma dessas regiões que necessitam de maior presença estatal.

A região Amazônica em geral, possui um caráter territorial único por sua diversidade. Fatores socioeconômicos e ambientais, representam a importância de uma geopolítica adequada para atender as demandas que implicam em resultados para a defesa e segurança do país.

Aspectos do conceito de segurança, como a segurança individual, também se fazem essenciais para que se consiga o desenvolvimento. De fato, as políticas para a Amazônia, precisam de estudos de suas particularidades. O Projeto Calha Norte é a consequência da necessidade civil e militar em uma região densa e irregular. O investimento dado para este programa, comprovadamente reflete não apenas nos locais mais habitados, mas também nos pontos sensíveis e fronteiriços, com uma população reduzida, onde se encontra a “Cabeça do Cachorro”.

Compreender a biodiversidade e as reservas indígenas através dos mapas enriqueceu este trabalho e aproximou o leitor do objeto principal deste estudo. As teorias geopolíticas também representam a necessidade de entender como os Estados projetam seus Objetivos Nacionais e como isso nos afeta quanto sociedade. Por meio dos relatórios do governo transitório Dilma-Temer em seus respectivos períodos de governança, foi possível identificar as urgências de políticas efetivas.

Esta pesquisa proporcionou o conhecimento amplo sobre o que há na “Cabeça do Cachorro”, a biodiversidade da região e seu multiculturalismo indígena, apontam o quanto a história dos povos residentes é essencial para compreensão de suas necessidades. É importante ressaltar que o conhecimento geral sobre toda a Amazônia Legal representa uma ampliação do entendimento sobre um território tão vasto, e tão particular que toda ela constitui um interesse internacional.

A Amazônia é a vitalidade do território brasileiro, e o desenvolvimento sustentável não pode ser vislumbrado a curto prazo ou ignorado. Por isso, os fundamentos teóricos foram extremamente agregadores para esclarecer como se desenvolveu e como se desenvolve a geoestratégia ao longo dos anos. Além das teorias, o pensamento geopolítico brasileiro para a região, conforme visto com o General Golbery do Couto e Silva e o General Mattos, resultou em muitos dos projetos para o desenvolvimento da Amazônia, permitindo uma cooperação que decorreu de acordos e tratados internacionais conforme mostrado no capítulo 3 sobre o Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) que assim a troca de conhecimento para desenvolvimento da região.

A análise dos componentes que permeiam as Relações Internacionais norteou a geopolítica e geoestratégia brasileira, e conseqüentemente houve o crescimento político-econômico e social. Este último, tem por exemplo, o fortalecimento de instituições que cuidam dos interesses civis, como é o caso dos indígenas citados neste trabalho, que mesmo vivendo parcial ou totalmente isolados, recebem o apoio da Funai.

Ainda que as dificuldades da região precisam ser superadas, o fortalecimento das instituições que permearam a geopolítica brasileira para a Amazônia, o país conseguiu avançar tecnologicamente, conforme resultados dos programas SISFRON E SIVAM/SIPAM, que apesar de ainda não estarem completamente prontos, os resultados vistos mostram que estes podem apresentar grande ganho no desenvolvimento brasileiro de forma sustentável para a Amazônia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. Segurança na América Latina: Cenários e Perspectivas. Dourados: Revista das Relações Internacionais da UFGD, 2013. 25 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115107/ISSN23168323-2013-02-03-13-37.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 15 de Maio 2019.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882017000200017&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882017000200017&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acessado em: 27 de maio de 2019.

BERTAZZO, Juliana. “A nova agenda internacional de segurança põe a democracia brasileira em risco?”. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Relações Internacionais, 2007. 17 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a03v50n2.pdf>>. Acessado em 18 de Maio de 2019.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira Amazônica e Planejamento na Época da Ditadura Militar no Brasil: Inundar a Hileia de Civilização? Revista UFG, B.goiano.geogr. Goiânia, 2010, v. 30, n. 1, p. 13-33.

BRASIL, portal. MINISTÉRIO DA DEFESA. Brasil e Colômbia firmam acordo de combate ao narcotráfico na fronteira. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/02/brasil-e-colombia-firmam-acordo-de-combate-ao-narcotrafico-na-fronteira>>. Acessado em 13 de maio de 2019.

BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional, 2012.

BUZAN, Barry. People, States and Fear Edition 2. New York: ECPR PRESS, 2007. 318 p.

CADONÁ, Marco André e OLIVEIRA, Carolina. O Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Análise a partir do Conselho de Defesa Sul-Americano da Sul, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/75251/47695>>. Acessado em: 28 de maio de 2019.

CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p.

CEARÁ, Diego Barbosa. FARC-EP: o mais longo processo de luta revolucionária da América Latina. São Paulo, 2009. 22 p. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/283/256>>. Acessado em: 13 de maio de 2019.

CSH - Commission On Security. Human Security Now, 2013, 168 p. Disponível em: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/91BAEEDBA50C6907C1256D19006A9353-chs-security-may03.pdf>>. Acessado em: 25 de maio de 2019.

DCA. Ministério de Defesa do Comando da Aeronáutica. Disponível em: <<https://www2.unifa.aer.mil.br/posgrad/docs/dca.pdf>>. Acessado em: 26 de maio de 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Seção 1. Ministério Público ISSN 1677-7042, Ministério da Integração, 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>>. Acessado em 16 de maio de 2019.

DOUHET, Giulio, Ferrari, Dino. Air Force History and Museums Program (U.S.). (1998). The command of the air. Washington, D.C: Air Force History and Museums Program.

JÚNIOR, Augusto Teixeira. MINISTÉRIO DA DEFESA. O Acordo de Paz Entre o Governo Colombiano e as FARC e Seus Reflexos Para a Estabilidade Sul Americana. 2016. Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cedn/XIII\\_cedn/o\\_acordo\\_de\\_paz\\_entre\\_o\\_governo\\_colombiano\\_e\\_as\\_farc\\_e\\_seus\\_reflexos\\_para\\_a\\_estabilidade\\_sul\\_americana.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/XIII_cedn/o_acordo_de_paz_entre_o_governo_colombiano_e_as_farc_e_seus_reflexos_para_a_estabilidade_sul_americana.pdf)>. Acessado em 13 de maio de 2019.

FARIAS, Eloíze. Narcotráfico Avança na Fronteira de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Povos Indígenas, 2011. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=100836>>. Acessado em: 12 de maio de 2019.

FUCCILLE, Alexandre e REZENDE, Lucas Pereir. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. Contexto Internacional, 2013, pp 77-104. Disponível

em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292013000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100003)>.  
Acessado em: 25 de maio de 2019.

LUIZ, Edson. SENADO FEDERAL. Marcha das Fronteiras. Brasília: Correio Braziliense, 2009, Brasil, p. 8. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/44468/noticia.htm?sequence=1>>.  
Acessado em: 18 de maio de 2019.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica - Introdução ao Estudo, São Paulo: Editora Sicurezza, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da S.; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p.221-228.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Leis de Crimes Ambientais. 1998. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/lei.html>. Acessado em: 12 de maio de 2019.

NAKANO, Anderson Kasuo. São Gabriel da Cachoeira: A Descentralização do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Territorial em Terras Indígenas. São Paulo, 2006. 3 p. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/695/695.pdf>>. Acessado em: 11 de maio de 2019.

NOGAMI, Otto; RUDZIT. Gunther. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Relações Internacionais, 2010. 20 p. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acessado em: 26 de maio de 2019.

NOTÍCIAS, Câmara. Câmara dos Deputados. Precariedade da vigilância nas fronteiras alimenta violência nas cidades. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/434003-PRECARIEDADE-DA-VIGILANCIA-NAS-FRONTIERS-ALIMENTA-VIOLENCIA-NAS-CIDADES.html>>. Acessado em 28/05/2019

OLIVEIRA, Eliézzzer Rizzo. Democracia e Defesa Nacional. São Paulo: Emanuele, 2005, 549 p.

OLIVEIRA, Hávila Borges; MONDARDO, Marcos Leandro. AS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL E COLÔMBIA. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. 7 p. Disponível em: < <https://www.editoraleta1.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p889-895.pdf>>. Acessado em: 28 de maio de 2019.

OLIVEIRA, Márcia Maria. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. São Paulo, 2006. 14 p. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200014)>. Acessado em: 13 de maio de 2019.

PINTO, Paulo Cordeiro de Andrade. Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000). Brasília: FUNAG, 2015. 264 p. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1127-Diplomacia\\_e\\_politica\\_de\\_defesa.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1127-Diplomacia_e_politica_de_defesa.pdf)>. Acessado em: 13 de maio de 2019.

RAMÍREZ, Socorro. A Colômbia e o Brasil, separados (e unidos) pelo comércio e pela segurança. Nueva Sociedad, 2009, ISSN: 0251-3552. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/a-colombia-e-o-brasil-separados-e-unidos-pelo-comercio-e-pela-seguranca/>>. Acessado em 01 de maio de 2019.

REPÚBLICA, Presidência. Biblioteca Presidência 2019. 1 Plano Nacional de Desenvolvimento disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acessado em: 26 de maio de 2019.

RODRIGUES, Gabriela Oliveira, et al. A Porosidade das Fronteiras Norte do Brasil e os Mecanismos de Vigilância: SIPAM, SIVAM, SISFRON e Operações Ágata. Brasília: Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, 2016, 15 p. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/XIII\\_c\\_adn/a\\_porosidade\\_das\\_fronteras\\_norte\\_do\\_brasil\\_e\\_os\\_mecanismos\\_de\\_vigilancia\\_sipam\\_s\\_ivam,\\_sisfron\\_e\\_operacoes\\_agata](http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_c_adn/a_porosidade_das_fronteras_norte_do_brasil_e_os_mecanismos_de_vigilancia_sipam_s_ivam,_sisfron_e_operacoes_agata)>. Acessado em 16 de maio de 2019.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

SOUZA, de Fernando. Dicionário de Relações Internacionais. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2005. 264 p.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhagen aos Estudos de Segurança Internacional Volume 25º, nº 1. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais, 2002. 34 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acessado em: 15 de maio de 2019.

UNDOC. World Drug Report 2014. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/lpobrazil/noticias/2014/06/World\\_Drug\\_Report\\_2014\\_web\\_embargoed.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpobrazil/noticias/2014/06/World_Drug_Report_2014_web_embargoed.pdf)>. Acessado em 13 de maio de 2019.

VERGOTTINI, Giuseppe. Defesa. In BOBBIO, N., MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.) Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 2000, vol. 1, pp. 312-318.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A Teoria do Poder Marítimo de Mahan: Uma Análise Crítica à Luz de Autores Contemporâneos. R. Esc Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015, v. 21, n. 1, p. 223 – 260.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. A Guerra do Golfo (1991), os EUA e a Doutrina Powell, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/sandroheleno.pdf>>. Acessado em: 28 de maio de 2019.